

Demonstrações financeiras

GOL Linhas Aéreas S.A.

31 de dezembro de 2024

Com Relatório do Auditor Independente

Gol Linhas Aéreas S.A.

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório da Administração 01

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 07

Balanços patrimoniais 14

Demonstrações dos resultados 16

Demonstrações dos resultados abrangentes..... 17

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 18

Demonstrações dos fluxos de caixa..... 19

Demonstrações do valor adicionado 21

Notas explicativas às demonstrações financeiras 22



Relatório da Administração

Em 2024, a Gol Linhas Aéreas S.A., juntamente com demais empresas da GOL, permaneceu concentrada na eficiência operacional através de uma frota otimizada, aliado à execução de sua estratégia de reestruturação e reposicionamento. As informações financeiras apresentadas estão em reais (R\$), exceto quando diferentemente informado, de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS (International Financial Reporting Standards) e considerando efeitos de eventos não recorrentes para possibilitar a comparabilidade desse trimestre (4T24) com o quarto trimestre de 2023 (4T23) e no ano de 2024 contra o mesmo período do ano anterior (2023).

Destaques

GOL – Transporte de Passageiros

- A GOL encerrou 2024 como a segunda aérea low-cost mais pontual do mundo, com 85,1% de pontualidade, um aumento de 5,4 pontos percentuais em relação a 2023. Em janeiro de 2025, alcançou o título de aérea low-cost mais pontual do mundo e a mais pontual da América Latina. Esses resultados reforçam nosso compromisso com a excelência operacional e a satisfação dos clientes.
- A GOL comemorou o marco de 50 aeronaves MAX-8 no 4T24 com a aeronave PS-GOL, e encerrou o ano com uma frota de 52 MAX-8.
- A GOL cresceu sua capacidade (ASK) em 6,8% (vs 4T23), com um aumento de 2,5% na receita unitária (RASK) no mesmo período, equilibrando expansão e qualidade de receita.
- A GOL foi a empresa aérea com melhor posição no “Boletim de Monitoramento do Consumidor da ANAC”, com o menor índice de reclamações de consumidores em 2024 no Brasil.

Smiles – Programa de Fidelidade

- O Clube Smiles cresceu 7,2% em número de clientes no 4T24 (vs 4T23), atingindo 1,2 milhão de clientes.
- O faturamento Smiles seguiu em crescimento no 4T24, com 4,5% de aumento (vs 3T24), e encerrou o ano com um aumento de 6,5% vs 2023.
- As milhas resgatadas cresceram 17,9% no 4T24 vs 4T23, com destaque para um aumento de 5,7 p.p. no share de milhas resgatadas com produtos e serviços não aéreos, refletindo o posicionamento da Smiles como uma plataforma completa de fidelidade.

GOLLOG – Transporte de Cargas

- Pela primeira vez na história a GOLLOG superou a marca de R\$ 1 bilhão em faturamento anual, crescendo 32% vs 2023 e alcançando quase R\$ 1,3 bilhão em 2024, atingindo as metas ambiciosas do seu plano de negócios definidas em 2022.
- Em janeiro de 2025, a GOLLOG comemorou 24 anos de operação, transportando 2,9 milhões de pacotes em 2024. A GOLLOG possui hoje mais de 1.800 Colaboradores prestando serviços para entregar encomendas. Além disso, a unidade conta com 58 terminais de carga (TECAs) e 60 lojas, totalizando mais de 4 mil cidades atendidas, que fortalecem a infraestrutura e permitem atender pontos estratégicos de todo o Brasil.



Resultados Operacionais

GOL – Transporte de Passageiros

No 4T24, a GOL colheu os resultados de um trabalho consistente ao longo de 2024, com a execução de sua estratégia de reestruturação e reposicionamento. O trimestre reflete a execução do plano de longo prazo da Companhia, focado em recuperar e fortalecer os alicerces financeiros e operacionais da GOL para os próximos anos.

Comparado ao início do ano (1T24), o crescimento de capacidade (ASK) alcançou 6,3%, com um crescimento de 10,2% na receita unitária (RASK) no mesmo período, um resultado significativo de um ano, demonstrando um crescimento intencional e uma receita unitária saudável.

O aumento da capacidade ao longo de 2024 deu-se principalmente devido à introdução de novas rotas, como entre São Paulo (CGH) e Porto Alegre (POA), a abertura de 4 novas bases internacionais (Cancún, Aruba, Costa Rica, Bogotá) e 1 nova base doméstica (São José dos Campos). O retorno dos voos para Porto Alegre (POA), em outubro, também garantiu aumento de capacidade no 4T24.

Outro ponto importante foi a expansão da malha internacional e a reconstrução da conectividade, especialmente com o Rio de Janeiro, um dos maiores hubs da GOL. Através do plano estratégico de malha conseguimos restabelecer e ampliar nossa conectividade, o que resultou em uma taxa de ocupação de 82,9% em 2024 (0,8 p.p. maior vs 2023). Esse indicador reflete o trabalho de reposicionamento da GOL, com um mix equilibrado de novas rotas.

Com o reforço do posicionamento internacional da Companhia, o ASK internacional cresceu 39,8% no ano de 2024 vs 2023. Das cinco novas bases abertas em 2024, três foram abertas no 4T24 (Cancún, Aruba e Costa Rica), além do aumento do número de frequências para as bases internacionais existentes na alta temporada de verão (dezembro de 2024 a março de 2025). Como resultante, o ASK internacional apresentou um crescimento expressivo de 62,4% no 4T24 (vs 4T23).

A GOL recebeu 8 novas aeronaves MAX-8 ao longo de 2024 (3 no 4T24) e 1 aeronave cargueira dedicada à operação Mercado Livre, ampliando sua capacidade e eficiência operacionais. A Companhia comemorou ainda o marco de 50 aeronaves MAX-8 no 4T24 e, ao final do ano, já contava com 52 aeronaves MAX-8. Efetuamos a devolução de 12 aeronaves no ano, encerrando o ano com 138 aeronaves de passageiros na frota e 114 aeronaves operacionais, um aumento em relação às 107 aeronaves do ano anterior.

A GOL encerra o ano com uma malha bem construída para 2025 e com uma frota operacional maior em sete aeronaves (vs 4T23) apesar de sua frota total menor em três aeronaves. Esse incremento de aeronaves na frota operacional foi resultado dos esforços de reestruturação do Chapter 11 e das negociações estratégicas com os lessores para sustentar o crescimento e garantir a operação eficiente da Companhia para construir as bases para a performance da GOL em 2025 e seu plano de longo prazo.

A melhora nos indicadores de satisfação e confiança do consumidor também foi um pilar importante durante o ano. Todos os indicadores de satisfação da Companhia cresceram de forma significativa, refletindo a melhoria na experiência do cliente e, consequentemente, impactando positivamente a receita da Companhia. Enxergamos a satisfação do cliente como uma alavanca essencial para o crescimento sustentável da receita, e estamos focados em reconstruir nossa relação com o cliente com base em confiança e qualidade.

Esse foco em qualidade de serviço também se reflete em nossa performance operacional, que resultou em um desempenho notável em pontualidade. A GOL foi a companhia aérea mais pontual do mundo em janeiro de 2025, atingindo o melhor desempenho histórico para esse mês. Apesar dos desafios enfrentados pelo setor em Congonhas no 4T24, a Companhia superou seu desempenho do 4T23 e 2023, encerrando 2024 como a mais pontual do Brasil. Esse resultado demonstra o esforço contínuo da Companhia em aprimorar seus processos operacionais e manter sua excelência no atendimento ao passageiro.

A GOL conseguiu, ao longo de 2024, avançar de forma consistente em sua reconstrução, consolidando um crescimento estratégico e sustentável, que se reflete em uma operação mais eficiente e em um relacionamento fortalecido com seus passageiros.

Indicadores Operacionais PAX		4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
Dólar Médio	RS/US\$	5,84	4,95	18,0%	5,39	4,99	7,9%
Querosene de Aviação (QAV) Médio	R\$	4,31	4,71	(8,6%)	4,44	4,90	(9,4%)
Faturamento	R\$ bilhões	5,0	4,3	14,4%	16,6	16,5	0,3%
Pontualidade	%	78,3	76,9	1,4 p.p.	85,1	79,7	5,4 p.p.
Frota Operacional	#	114	107	7	114	107	7
Taxa de Utilização Operacional (Block Hour) ¹	horas/dia	10,9	11,0	(1,3%)	10,3	11,3	(8,9%)
ASK Total	bilhões	11,5	10,7	6,8%	43,3	43,0	0,6%
ASK Doméstico	bilhões	9,8	9,7	0,8%	37,4	38,8	(3,7%)
ASK Internacional	bilhões	1,7	1,1	62,4%	6,0	4,3	39,8%
Decolagens	mil	55,3	54,2	1,9%	210,9	223,1	(5,5%)
Etapas Médias (Pax)	Km	1.154	1.105	4,5%	1.146	1.087	5,4%
Load Factor	%	84,0	84,0	0,1 p.p.	82,9	82,0	0,8 p.p.
Load Factor Doméstico	%	83,7	83,8	(0,1 p.p.)	82,6	82,3	0,3 p.p.
Load Factor Internacional	%	85,9	85,7	0,2 p.p.	84,4	79,7	4,8 p.p.
Passageiros	milhões	8,1	7,8	3,1%	30,0	30,8	(2,8%)
Passageiros Doméstico	milhões	7,6	7,5	1,1%	28,1	29,5	(4,7%)
Passageiros Internacional	milhões	0,5	0,4	43,9%	1,8	1,3	38,7%

(1) Calculada com base no número de aeronaves operacionais.

Smiles – Programa de Fidelidade

No 4T24, a unidade de negócios Smiles apresentou resultados sólidos, com um aumento da base de clientes de 6,5% (vs 2023). As milhas resgatadas também tiveram um crescimento significativo de 17,9% no 4T24 (vs 4T23), com destaque no aumento de 5,7 pontos percentuais no share de resgates com produtos e serviços não aéreos. O faturamento do programa apresentou um aumento de 6,5% em 2024 (vs 2023).

O Clube Smiles, plataforma que oferece benefícios exclusivos aos seus membros, viu sua base de clientes crescer 7,2% em 2024 (vs 2023). O número de transações de resgate também teve um crescimento expressivo de 16,9% no ano (vs 2023), evidenciando o valor percebido pelos Clientes dos benefícios de ser parte do Clube Smiles como acúmulo acelerado de milhas, descontos exclusivos e acesso antecipado a promoções de passagens.

Esses resultados refletem o compromisso da Smiles em oferecer benefícios atrativos, consolidando sua posição como o maior programa de fidelidade do país.

Indicadores Operacionais Smiles		4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
Faturamento	R\$ bilhões	1,4	1,3	4,8%	5,3	5,0	6,5%
Clientes	milhões	24,0	22,6	6,5%	24,0	22,6	6,5%
Transações de Resgate	milhões	2,5	2,1	21,7%	10,1	8,6	16,9%
Milhas Resgatadas	bilhões	66,3	56,3	17,9%	255,6	229,6	11,3%



GOLLOG – Transporte de Cargas

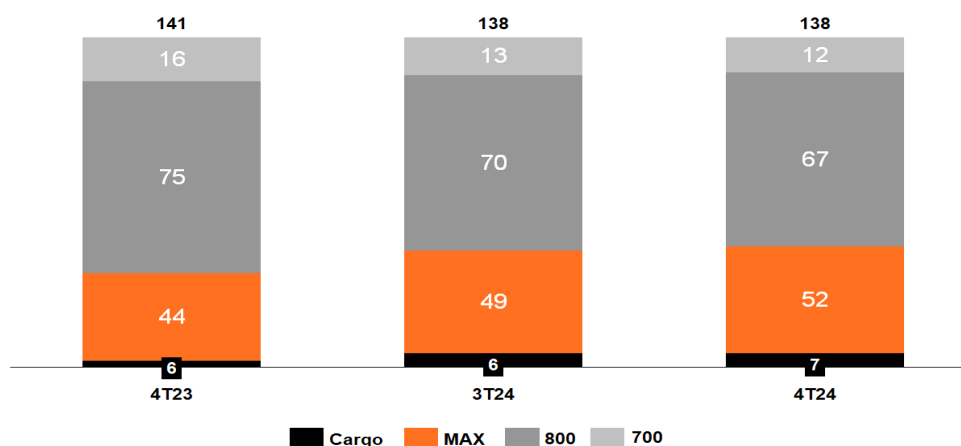
O faturamento da GOLLOG registrou um incremento de 31,7% em 2024 (vs 2023), encerrando o ano com R\$ 1,3 bilhão, atingindo pela primeira vez o marco de mais de R\$ 1 bilhão de faturamento. A unidade de negócios também apresentou um crescimento significativo em peso transportado em 2024, com 18,8% de aumento no 4T24 (vs 4T23).

Além disso, a GOLLOG deu um passo importante em sua expansão, com a incorporação da sua sétima aeronave cargueira dedicada à operação do Mercado Livre. Em janeiro de 2025, a GOLLOG completou 24 anos de operação. Em 2024, a GOLLOG realizou 2,9 milhões de envios, demonstrando a eficácia de sua operação e a confiança que os clientes depositam em nossos serviços.

O desempenho de 2024 reflete o compromisso da Companhia em investir e expandir suas operações de carga, tornando a GOLLOG uma peça chave no nosso processo de reconstrução e crescimento.

Indicadores Operacionais GOLLOG		4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
Faturamento	R\$ milhões	338	284	19,0%	1.274	968	31,7%
Peso Transportado	# mil	34,4	29,0	18,8%	131,5	100,1	31,3%
Aeronaves Cargueiras	#	7	6	1	7	6	1

Frota



Ao longo de 2024, a GOL adicionou 8 novas aeronaves Boeing 737-MAX 8 à sua frota, além de 1 cargueiro dedicado à operação com o Mercado Livre. Além disso, como parte do plano de renovação de frota e recuperação da eficiência operacional, a Companhia devolveu 12 aeronaves Boeing 737-NG (sendo 4 B737-700 e 8 B737-800) e conseguiu aumentar sua frota operacional em 7 aeronaves, reduzindo o número de aeronaves não operacionais frente ao ano de 2023, mantendo sua estratégia alinhada ao plano sustentável de recomposição de capacidade.

Em 31 de dezembro de 2024, a GOL possuía uma frota total de 138 aeronaves Boeing, sendo 52 737-MAX, 79 737-NG e 7 cargueiros 737-800BCF. A frota da Companhia é 100% composta por aeronaves narrowbody da família Boeing 737, sendo 97% financiadas por meio de arrendamentos operacionais e 3% financiadas por meio de arrendamentos financeiros.



Atualizações do Chapter 11

A Companhia apresentou ao Tribunal de Falências seu plano de reorganização proposto no âmbito do Chapter 11 e iniciou a solicitação de votos sobre o plano junto às suas classes de credores com direito a voto.

Não há garantia de que o *Bankruptcy Court* irá confirmar o plano de reorganização proposto pela Companhia.

Em junho de 2024, a Companhia iniciou a assinatura de alguns aditivos contratuais com arrendadores de aeronaves, os quais envolveram, entre outras coisas, alterações nos fluxos de pagamentos de arrendamentos, arrendamentos suplementares (reserva de manutenção, depósitos de manutenção troca de motores, rejeição de motor e negociação de passivos não garantidos de aeronaves e motores, conforme detalhado na nota explicativa nº 17 e nº 18 das informações financeiras trimestrais.

Em 2 de agosto de 2024, o *Bankruptcy Court* aprovou um acordo de negociação entre a Companhia e o Banco Santander S.A. (Brasil), o Banco do Brasil S.A. e o Banco Bradesco S.A., que prevê, entre outras coisas, uma linha garantida para a cessão de recebíveis.

Em setembro de 2024, a GOL concluiu as negociações comerciais com seus arrendadores de aeronaves e motores restantes e todos os acordos de reestruturação foram aprovados pelo *Bankruptcy Court*. No total, foram aprovados acordos de reestruturação para 139 aeronaves e 58 de motores sobressalentes.

Em 6 de novembro de 2024, a Companhia firmou um Acordo de Apoio ao Plano de Reestruturação (PSA) com a Abra Group Limited e o Comitê de Credores Quirografários, no contexto do Chapter 11. Este acordo inclui obrigações para as partes apoiarem um plano de reorganização do Chapter 11 o PSA e o termo de reestruturação anexado a ele. De acordo com o PSA e o termo de reestruturação, a Companhia se comprometeu a converter uma parte de sua dívida anterior ao Chapter 11 em ações e/ou extinguir até US\$1,7 bilhão de sua dívida. Além disso, a Companhia também reduzirá suas outras obrigações em até US\$850 milhões.

Em 7 de novembro de 2024, o Tribunal de Falências aprovou uma prorrogação do prazo da Companhia para apresentar um plano de reorganização até 20 de março de 2025, e para solicitar os votos sobre esse plano até 19 de maio de 2025. Em 20 de março de 2025, a Companhia apresentou uma petição solicitando extensões adicionais desses prazos para 25 de julho de 2025 e 25 de setembro de 2025, respectivamente.

Em 2 de janeiro de 2025, a Companhia celebrou um acordo de parcelamento com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, que resolve as obrigações fiscais da Companhia e suas subsidiárias, abrangendo tributos previdenciários, tributos não previdenciários e outras obrigações tributárias.

Em 20 de março de 2025, o Tribunal de Falências emitiu uma ordem aprovando a declaração de divulgação em relação ao plano de reestruturação da Companhia no Chapter 11, considerando que as informações fornecidas eram adequadas para permitir que os credores votassem o plano. Após isso, a Companhia começou a solicitar votos sobre seu plano. A administração da Companhia acredita que a implementação bem-sucedida desse plano de reorganização fortalecerá a estrutura de capital da Empresa, permitindo um foco renovado em suas operações e estratégias de crescimento futuras.

Em 26 de março de 2025, o Tribunal de Falências emitiu uma ordem aprovando a entrada da Companhia em cartas de compromisso de backstop com a Castlake LP e a Elliott Investment Management, que atuarão como partes compromissárias de backstop para a compra de até US\$1,25 bilhão de instrumentos de dívida sênior garantida de primeira prioridade a serem emitidos na data de efetividade do plano de Chapter 11. A ordem abre caminho para a Companhia garantir seu financiamento de saída total de US\$1,9 bilhão, com o restante dos recursos provenientes de outros investidores.



Glossário

<https://ri.voegol.com.br/informacoes-aos-investidores/glossario/>

Sobre a GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A

A GOL é uma das principais companhias aéreas domésticas do Brasil e faz parte do Grupo Abra. Desde sua fundação em 2001, a Companhia tem o menor custo unitário na América Latina, democratizando o transporte aéreo. A Companhia possui alianças com a American Airlines e a Air France-KLM, e disponibiliza 18 acordos de codeshare e interline para seus clientes, trazendo mais comodidade e conexões simples para qualquer lugar atendido por essas parcerias. Com o propósito de “Ser a Primeira para Todos”, a GOL oferece a melhor experiência de viagem aos seus passageiros e o melhor programa de fidelidade, Smiles. No transporte de cargas, a Gollog possibilita a entrega de encomendas para diversas regiões no Brasil e no exterior. A Companhia conta com uma equipe de 13,9 mil profissionais da aviação altamente qualificados e focados na Segurança, valor número um da GOL, e opera uma frota padronizada de 138 aeronaves Boeing 737. As ações da Companhia são negociadas na B3 (GOLL4). Para mais informações, visite www.voegol.com.br/ri.

Relações com Investidores

ri@voegol.com.br

www.voegol.com.br/ri



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Gol Linhas Aéreas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gol Linhas Aéreas S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.2 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu em prejuízo de R\$6.463 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$8.673 milhões. Adicionalmente, em 25 de janeiro de 2024, a Companhia apresentou petições voluntárias de reorganização perante o *United States Bankruptcy Court for the Southern District of New York* (“Tribunal de Falências dos Estados Unidos”), pautadas nas regras do código de falências dos Estados Unidos (“*Chapter 11*”). Conforme apresentado na nota explicativa 1.2, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 1.2, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- *Receitas de transporte de passageiros*

Conforme mencionado na nota explicativa 29 às demonstrações financeiras, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as receitas da Companhia decorrentes da prestação de serviços de transporte de passageiros foram de R\$17.273 milhões. Conforme divulgado na nota explicativa 4.18.1 às demonstrações financeiras, as receitas decorrentes da prestação de serviços de transporte de passageiros são reconhecidas quando o serviço de transporte é prestado.

O processo de reconhecimento da receita oriunda do transporte de passageiros é dependente de sistemas de tecnologia da informação e ocorre em grande volume. Esse processo também considera outros aspectos complexos que podem afetar o reconhecimento de receita, tais como o registro de bilhetes vendidos e não voados, créditos aos passageiros referentes às passagens não utilizadas, registro da obrigação de desempenho do programa de fidelidade, entre outros. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação da integridade da base de dados oriunda dos sistemas de TI envolvidos no processo de reconhecimento de receitas de transporte de passageiros; teste da reconciliação dos registros contábeis com os relatórios de receitas de transporte de passageiros voados e passivos relacionados a bilhetes vendidos e não voados; acompanhamento do embarque de passageiros e verificação do reconhecimento da respectiva receita para uma amostra de vôos; teste de uma amostra de bilhetes transportados e a transportar por meio de inspeção física; e avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de registro de receitas decorrentes da prestação de serviço de transporte de passageiros, sendo



**Shape the future
with confidence**

este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para o reconhecimento de receitas decorrentes da prestação de serviço de transporte de passageiros, consideramos que os critérios adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.18.1 e 29, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

- *Provisão para devolução de aeronaves e motores*

Conforme mencionado na nota explicativa 24 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2024, o saldo da provisão para devoluções de aeronaves e motores da Companhia referentes a contratos de arrendamentos era de R\$3.639 milhões. Conforme descrito nas notas explicativas 4.16.1 e 24.2 às demonstrações financeiras, determinados contratos de arrendamentos contém cláusulas de obrigações da Companhia para cumprimento de certas condições de devolução ao final dos respectivos contratos de arrendamento. A Companhia estima os custos de devolução das aeronaves e motores referentes aos contratos de arrendamentos levando em consideração a utilização efetiva das aeronaves e motores, eventos de manutenção durante o período contratual, entre outras variáveis.

Os procedimentos de auditoria sobre a provisão para devoluções de aeronaves e motores envolveram julgamentos significativos de nossa parte devido à incerteza e complexidade existentes para estimar os valores que seriam devidos quando da devolução, que levam em consideração padrões de utilização dos equipamentos e respectivos custos para mensuração da provisão. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação da estimativa considerada pela Companhia para registrar a provisão para devoluções de aeronaves e motores através do teste de uma amostra de contratos de arrendamentos com cláusulas de condições de devolução; comparação dos planos da administração para utilização futura das aeronaves e motores com os respectivos padrões históricos de utilização; avaliação do processo de estimativa dos custos de manutenção de aeronaves e motores, conforme seus preços de mercado; e avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para devoluções de aeronaves e motores, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas utilizados para a determinação da referida provisão adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.16.1, 24 e 24.2, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

- *Modificações do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento de aeronaves e motores*

A Companhia possui registrados ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para os contratos abrangidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) (IFRS 16), principalmente relacionados ao arrendamento de aeronaves e motores. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía saldo de ativo de direito de uso de aeronaves e motores, líquido de depreciação acumulada, de R\$6.844 milhões, conforme nota explicativa 4.9.2.1 e 14, além de passivo de arrendamento de aeronaves e motores de R\$12.097 milhões, conforme notas explicativas 4.9.2.2 e 17.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos, o alto volume de modificações de contratos de arrendamento, bem como às incertezas inerentes a esse tipo de cálculo e o grau de julgamento exercido pela diretoria na determinação das premissas relevantes, as quais incluem, entre outras, a taxa de desconto utilizada.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros, análise do inventário de contratos de arrendamento modificados, além da verificação da aderência destes contratos ao escopo do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) (IFRS 16), avaliação da razoabilidade dos critérios adotados pela diretoria para uma amostra de contratos, além de recalcular os montantes mensurados pela diretoria para estas transações, verificação do reconhecimento dos efeitos das modificações no correto período de competência; análise dos critérios adotados pela diretoria para determinação da taxa de desconto (taxa incremental de financiamento) utilizada para a mensuração do passivo de arrendamento; e avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os critérios e as políticas contábeis de modificação dos ativos de direito de uso e de passivos de arrendamentos de aeronaves para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras consolidadas

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., controladora direta da Companhia, elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), sobre as quais emitimos relatório de auditoria separado, não contendo qualquer modificação, em 27 de março de 2025. Desse modo, conforme divulgado em nota explicativa “4.1 Consolidação”, a Companhia, conforme facultado pelas normas contábeis, deixou de apresentar as demonstrações financeiras consolidadas.



**Shape the future
with confidence**

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado, foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Bruno Mattar Galvão', is written over the printed name.

Bruno Mattar Galvão
Contador CRC SP-267770/O



Gol Linhas Aéreas S.A.
Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	643.389	93.302
Aplicações financeiras	6	198.649	135.195
Contas a receber	7	3.150.865	912.376
Estoques	8	432.250	397.216
Depósitos	9	220.859	264.524
Adiantamentos a fornecedores e terceiros	10	456.544	415.453
Impostos a recuperar	11	84.079	162.047
Direitos com operações de derivativos	34.2	-	730
Outros créditos e valores		215.174	202.857
Total circulante		5.401.809	2.583.700
Não circulante			
Aplicações financeiras	6	158.695	142.636
Depósitos	9	3.167.442	2.243.339
Adiantamentos a fornecedores e terceiros	10	23.665	101.515
Impostos a recuperar	11	9.321	14.077
Créditos com empresas relacionadas	28	183.007	141.991
Outros créditos e valores		24.048	23.096
Investimentos	13	51.101	50.647
Imobilizado	14	10.805.726	8.714.222
Intangível	15	2.028.900	1.924.730
Total não circulante		16.451.905	13.356.253
Total		21.853.714	15.939.953

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Gol Linhas Aéreas S.A.
Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$)

Passivo e patrimônio líquido negativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	233.600	503.144
Arrendamentos a pagar	17	2.346.714	1.739.642
Fornecedores	18	2.182.649	1.712.219
Fornecedores - Risco sacado		-	39.877
Obrigações trabalhistas	19	627.008	645.764
Impostos a recolher	20	136.135	194.088
Taxas e tarifas aeroportuárias	21	1.105.298	1.018.915
Transportes a executar	22	3.381.167	3.130.724
Programa de milhagem	23	1.896.267	1.655.171
Adiantamentos de clientes		257.354	204.571
Provisões	24	1.102.249	737.636
Obrigações com operações de derivativos	34.2	3.619	8.929
Obrigações com arrendadores	25	801.011	181.669
Outras obrigações		1.893	4.548
Total circulante		14.074.964	11.776.897
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	766.404	521.574
Arrendamentos a pagar	17	9.756.644	7.701.733
Fornecedores	18	-	4.936
Obrigações trabalhistas	19	198.463	495.968
Impostos a recolher	20	622.037	338.551
Taxas e tarifas aeroportuárias	21	600.006	605.527
Programa de milhagem	23	158.314	239.209
Provisões	24	3.562.910	2.680.166
Obrigações com empresas relacionadas	28	14.084.971	7.601.956
Impostos diferidos	12	259.480	197.670
Obrigações com arrendadores	25	305.937	88.226
Outras obrigações		158.154	65.794
Total não circulante		30.473.320	20.541.310
Patrimônio líquido negativo			
Capital social	26.1	6.947.111	6.947.111
Reservas de capital		1.238.647	1.230.813
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.238.485)	(1.377.452)
Prejuízos acumulados		(29.641.843)	(23.178.726)
Total patrimônio líquido negativo		(22.694.570)	(16.378.254)
Total		21.853.714	15.939.953

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Gol Linhas Aéreas S.A.
Demonstrações dos resultados
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2024	2023
Receita líquida			
Transporte de passageiros		17.262.090	17.251.899
Transporte de cargas e outros		1.781.274	1.356.034
Total receita líquida	29	19.043.364	18.607.933
Custos dos serviços prestados			
Custos dos serviços prestados	30	(13.384.559)	(12.978.655)
Lucro bruto		5.658.805	5.629.278
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais	30	(1.305.366)	(1.231.140)
Despesas administrativas	30	(3.792.273)	(1.945.391)
Despesas com reestruturação	31	(79.145)	-
Outras (despesas) receitas operacionais	31	4.345	635.162
Total despesas operacionais		(5.172.439)	(2.541.369)
Resultado de equivalência patrimonial	13	747	93.833
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		487.113	3.181.742
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	32	121.256	192.631
Despesas financeiras	32	(3.053.294)	(2.844.947)
Instrumentos financeiros derivativos	32	(20.109)	(33.511)
Despesas financeiras, líquidas		(2.952.147)	(2.685.827)
Resultado antes da variação cambial, líquida		(2.465.034)	495.915
Variações monetárias e cambiais, líquidas	32	(5.383.184)	1.025.545
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(7.848.218)	1.521.460
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(485.474)	12.813
Diferido		1.870.575	(161.316)
Total imposto de renda e contribuição social	12	1.385.101	(148.503)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		(6.463.117)	1.372.957
Lucro líquido (Prejuízo) básico e diluído			
Lucro líquido (Prejuízo) básico e diluído	27		
Por ação ordinária		(1,539)	0,327
Por ação preferencial		(1,539)	0,327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Gol Linhas Aéreas S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais - R\$)

	2024	2023
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício	(6.463.117)	1.372.957
Outros resultados abrangentes que serão revertidos ao resultado		
Hedge de fluxo de caixa	89.726	252.576
Ganhos (perdas) atuariais de planos de pensão e benefícios pós-emprego	49.534	(34.503)
Ajuste acumulado de conversão em controladas, líquidos de IR e CS diferidos	(293)	(64.318)
	138.967	153.755
Total dos resultados abrangentes do exercício	(6.324.150)	1.526.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Gol Linhas Aéreas S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de capital			Ajustes de avaliação patrimonial				Prejuízos acumulados	Total
			Remuneração baseada em ações	Reserva especial de ágio na incorporação	Reserva de ágio na subscrição de ações	Resultado não realizado de hedge	Benefício pós-emprego	Ajuste acumulado de conversão em controladas	Efeitos de alteração em participação societária		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.947.111	-	108.477	1.070.755	43.404	(613.353)	(2.571)	(5.303)	(909.980)	(24.551.683)	(17.913.143)
Outros resultados abrangentes, líquidos	-	-	-	-	-	252.576	(34.503)	(64.318)	-	-	153.755
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.372.957	1.372.957
Total dos resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	252.576	(34.503)	(64.318)	-	1.372.957	1.526.712
Opção de compra de ações	-	-	8.177	-	-	-	-	-	-	-	8.177
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.947.111	-	116.654	1.070.755	43.404	(360.777)	(37.074)	(69.621)	(909.980)	(23.178.726)	(16.378.254)
Outros resultados abrangentes, líquidos	-	-	-	-	-	89.726	49.534	(293)	-	-	138.967
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.463.117)	(6.463.117)
Total dos resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	89.726	49.534	(293)	-	(6.463.117)	(6.324.150)
Opção de compra de ações	-	-	7.834	-	-	-	-	-	-	-	7.834
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.947.111	-	124.488	1.070.755	43.404	(271.051)	12.460	(69.914)	(909.980)	(29.641.843)	(22.694.570)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Gol Linhas Aéreas S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais - R\$)

	2024	2023
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(6.463.117)	1.372.957
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado nas atividades operacionais		
Depreciação - direito de uso aeronáutico	984.405	918.656
Depreciação e amortização - outros	904.241	748.565
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	1.438	(3.386)
Provisão (reversão) para obsolescência de estoque	1.017	597
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	228.881	106.570
Impostos diferidos	61.810	161.316
Equivalência patrimonial	(747)	(93.833)
Remuneração baseada em ações	7.834	8.177
Extinção de obrigação por redução de prazo contratual, alteração nos contratos de arrendamento de aeronaves e retroarrendamentos	(55.754)	(155.073)
Constituição (reversão) de provisão	1.544.871	969.091
Variações cambiais e monetárias, líquidas	5.342.806	(1.060.844)
Juros sobre empréstimos, arrendamentos e outras	1.895.055	1.691.374
Derivativos reconhecidos no resultado	20.109	203.512
Resultados financeiros sobre dívida	66.813	-
Baixa de imobilizado e intangível	344.244	8.009
Outras	(9.298)	36.777
Resultado líquido ajustado	4.874.608	4.912.465
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Aplicações financeiras	(26.318)	13.747
Contas a receber	(2.238.780)	13.611
Estoques	(78.078)	(241.298)
Depósitos	(266.443)	(286.763)
Adiantamento a fornecedores e terceiros	185.235	(202.656)
Impostos a recuperar	82.724	52.605
Arrendamentos variáveis e de curto prazo	5.194	(522)
Fornecedores	334.400	(203.987)
Fornecedores - Risco sacado	(20.598)	9.936
Obrigações trabalhistas	(316.261)	258.917
Impostos a recolher	225.533	11.179
Taxas e tarifas aeroportuárias	80.862	232.825
Transportes a executar	250.441	(371.832)
Programa de milhagem	160.201	110.649
Adiantamento de clientes	28.879	(145.886)
Operações de derivativos	65.037	3.228
Provisões	(1.311.606)	(1.077.881)
Obrigações com arrendadores	455.231	
Outras obrigações	(87.150)	(43.530)
Juros pagos	(250.388)	(297.697)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.152.723	2.747.110
Transações com partes relacionadas	-	(3.090)
Recebimento em operação de retroarrendamento	47.605	-
Aquisição de imobilizado	(1.925.419)	(625.269)
Aquisição de intangível	(171.257)	(157.727)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.049.071)	(786.086)



Gol Linhas Aéreas S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais - R\$)

	2024	2023
Captações de empréstimos	-	104.377
Pagamentos de empréstimos	(195.921)	(503.765)
Pagamentos de arrendamentos - aeronáuticos	(2.470.968)	(2.017.807)
Pagamento de arrendamentos - outros	(48.809)	(69.339)
Transações com partes relacionadas	3.154.994	587.105
Caixa líquido gerado / (aplicado) nas atividades de financiamento	439.296	(1.899.429)
 Variação cambial do caixa e equivalentes de caixa	 7.139	 (115.795)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	550.087	(54.200)
 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	 93.302	 147.502
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	643.389	93.302

As transações que não afetam caixa estão apresentadas na nota 35 dessas demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Gol Linhas Aéreas S.A.****Demonstrações do valor adicionado**

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais - R\$)

	2024	2023
Receitas		
Transporte de passageiros, cargas e outras	19.243.159	18.759.680
Outras receitas operacionais	185.592	701.689
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.438)	3.386
	19.427.313	19.464.755
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	(5.469.167)	(6.005.438)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.313.214)	(4.949.214)
Seguros de aeronaves	(40.524)	(40.570)
Comerciais e publicidade	(946.447)	(902.716)
Valor adicionado bruto	6.657.961	7.566.817
Depreciação - direito de uso aeronáuticos	(984.405)	(918.656)
Depreciação e amortização - outros	(904.241)	(748.565)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	4.769.315	5.899.596
Valor adicionado recebido em transferências		
Resultado de equivalência patrimonial	747	93.833
Instrumentos financeiros derivativos	(20.109)	(33.511)
Receita financeira	2.507.316	183.539
Valor adicionado total a distribuir	7.257.269	6.143.457
Distribuição do valor adicionado:		
Remuneração direta	2.131.996	1.763.479
Benefícios	278.720	227.284
FGTS	135.071	132.055
Pessoal	2.545.787	2.122.818
Federais	131.613	615.516
Estaduais	53.301	41.850
Municipais	4.051	2.425
Impostos, taxas e contribuições	188.965	659.791
Juros e variação cambial - arrendamentos aeronáuticos	3.819.630	488.823
Juros e variação cambial - outros	6.934.775	1.191.870
Aluguéis	207.616	212.303
Outros	23.613	94.895
Remuneração de capitais de terceiros	10.985.634	1.987.891
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(6.463.117)	1.372.957
Remuneração de capitais próprios	(6.463.117)	1.372.957
Valor adicionado total distribuído	7.257.269	6.143.457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Gol Linhas Aéreas S.A. (“Companhia” ou “GLA”), é subsidiária integral da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (“GLAI” ou “GOL”) e explora essencialmente:

- serviços de transporte aéreo regular e não regular de passageiros, cargas e malas postais, em âmbito nacional e internacional, na conformidade das concessões das autoridades competentes;
- atividades complementares de serviço de transporte aéreo por fretamento de passageiros, cargas e malas postais;
- a prestação de serviços de manutenção, reparo de aeronaves, próprias ou de terceiros, motores, partes e peças;
- a prestação de serviços de hangaragem de aviões;
- a prestação de serviço de atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissaria de bordo e limpeza de aeronaves; e
- o desenvolvimento de outras atividades conexas, correlatas ou complementares ao transporte aéreo e às demais atividades descritas acima.

A sede oficial da Companhia está localizada na Pça. Senador Salgado Filho, s/n, Sala de Gerência – Back Office, área pública, eixos 46-48/O-P, Rio de Janeiro, Brasil.

1.1. Estrutura societária

A estrutura societária da Companhia e de suas controladas, em 31 de dezembro de 2024, está apresentada a seguir:

Entidade	Data de constituição	Localidade	Principal atividade	Tipo de controle	% de participação	
					31/12/2024	31/12/2023
Smiles Viagens	10/08/2017	Brasil	Agência de turismo	Direto	100,00	100,00
Smiles Fidelidade	06/02/2023	Brasil	Programa de fidelidade	Direto	100,00	100,00
Smiles Fidelidade Argentina (a)	07/11/2018	Argentina	Programa de fidelidade	Direto	100,00	100,00
Smiles Viajes Argentina (a)	20/11/2018	Argentina	Agência de turismo	Indireto	100,00	100,00
AirFim (b)	07/11/2003	Brasil	Fundo de investimento	Direto	100,00	100,00
Fundo Sorriso (b)	14/07/2014	Brasil	Fundo de investimento	Direto	100,00	100,00

(a) Empresas com moeda funcional em pesos argentinos (ARS).

(b) Os fundos de investimento possuem a característica de fundo exclusivo, razão pela qual a Companhia, a partir do momento que detém o controle direto, consolida os ativos e passivos do fundo em suas demonstrações financeiras.

A Smiles Fidelidade, constituída em fevereiro de 2023, encontra-se em estágio pré-operacional. Adicionalmente possui a titularidade de direitos de propriedade intelectual e ativos relacionadas a infraestrutura tecnológica e tem por objetivo o desenvolvimento e gerenciamento de programa de fidelização de clientes, próprio ou de terceiros; a comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito do programa de fidelização de clientes; a prestação de serviços turísticos em geral, entre outros.

A Smiles Viagens e Turismo S.A. (“Smiles Viagens”), tem como propósito principal a intermediação de serviços de organização de viagens, envolvendo a reserva ou venda de bilhetes aéreos, hospedagens, pacotes de turismo, entre outros. As subsidiárias Smiles Fidelidade Argentina e Smiles Viajes Y Turismo S.A., ambas sediadas em Buenos Aires, na Argentina, tem como propósito fomentar as operações do Programa Smiles e a venda de passagens aéreas naquele país.

Os fundos de investimento Airfim e Fundo Sorriso, possuem a característica de fundo exclusivo e atuam como extensão para execução de operações com derivativos e investimentos, de forma que a Companhia consolida os ativos e passivos destes fundos.

1.2. Estrutura de capital e capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em R\$8.673.155 (R\$9.193.197 negativo em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta ainda uma posição de patrimônio líquido negativo de R\$22.694.570 (R\$16.378.254 em 31 de dezembro de 2023), isso se deve principalmente a empréstimos, financiamentos, arrendamentos, taxas aeroportuárias e contas a pagar com fornecedores, que deverão ser liquidados com dinheiro, e vendas antecipadas de passagens e programa de milhagem, os quais espera-se que sejam substancialmente liquidados pela Companhia.

As operações da Companhia são sensíveis ao cenário macroeconômico e à volatilidade do Real, dado que aproximadamente 92% do endividamento (empréstimos, financiamentos e arrendamentos) está negociado em dólar americano ("US\$") e 42% dos custos também são atrelados à moeda americana, e sua capacidade de ajustar o preço das tarifas cobradas de seus clientes para recapturar a variação do dólar americano depende da capacidade racional (oferta) e comportamento dos concorrentes.

1.2.1. Chapter 11

Apesar de um modelo operacional com foco em eficiência e produtividade, a Companhia vem enfrentando problemas de liquidez, desafios trazidos principalmente pela pandemia de COVID-19, alinhado com os impactos da indústria aérea globalmente, os quais sofreram interrupção sem precedentes em seus negócios. Consequentemente, a volatilidade no fluxo de caixa operacional causado pelo declínio substancial na demanda por viagens aéreas, resultando em impedimentos e redução dramática na receita e geração de caixa criou restrições significativas de liquidez e recursos durante a pandemia. Para administrar esse cenário, a Companhia chegou a acordos para diferir determinados arrendamentos, impostos e outras obrigações regulatórias, bem como obrigações financeiras relacionadas com a prorrogação e renovação dos vencimentos da dívida financiada. O resultado foi a continuidade das operações dos negócios da Companhia, apesar desses desafios relacionados à pandemia, mas com um aumento substancial nos passivos postergados e não pagos.

A Companhia executou determinadas transações e empreendeu em uma série de outros esforços para lidar com esses eventos financeiros, muitos dos quais proporcionaram alívio temporário e liquidez necessária em momentos-chave. Vários fatores impulsionados pelo mercado continuam a agravar os desafios de liquidez da Companhia, incluindo os preços voláteis dos combustíveis e do Real brasileiro em relação ao dólar (afetando os custos em dólares em relação às receitas em reais), o aumento das taxas de juros, entre outros. Interrupções persistentes na cadeia de suprimentos e capacidade restrita na indústria de manutenção, reparos e operação têm dificultado a obtenção oportuna da manutenção necessária, levando ao acúmulo de manutenção requerida a curto prazo e custos relacionados.

Atrasos na entrega de novas aeronaves programadas para 2023 e 2024 impediram a Companhia de colocar novos aviões em serviço para compensar aqueles em manutenção, conforme descrito acima.

Como resultado, a Companhia reduziu o número de aeronaves operacionalmente disponíveis na frota, o que impossibilitou a Companhia de aumentar ou mesmo manter sua capacidade operacional. Essas limitações operacionais, por sua vez, reduziram a receita e a geração de caixa, exacerbando as restrições de liquidez e os desafios operacionais.

Em 25 de janeiro de 2024, a GOL e suas subsidiárias (em conjunto “devedores”) entraram com pedidos voluntários de reorganização perante o *United States Bankruptcy Court for the Southern District of New York* (“*Bankruptcy Court*”), pautadas nas regras do *Chapter 11* do *United States Bankruptcy Code* (“*Bankruptcy Code*”). O *Chapter 11* é um processo de reorganização supervisionado pelo tribunal que as empresas utilizam para levantar capital, reestruturar suas finanças e fortalecer suas operações comerciais a longo prazo, enquanto continuam a operar normalmente.

A reorganização sob as regras do *Chapter 11* tem como objetivo permitir que a Companhia se reorganize e melhore a liquidez, encerre contratos não lucrativos e modifique seus acordos para possibilitar lucratividade sustentável. Como parte do processo, a Companhia continua a operar seus negócios no curso normal.

Após o início do *Chapter 11*, os devedores obtiveram alívio do *Bankruptcy Court* para operar seus negócios no curso normal e pagar ou de outra forma honrar, a critério dos devedores, certas obrigações anteriores à petição. Essas obrigações incluem, entre outras, determinados salários, benefícios e obrigações relacionadas a funcionários, impostos, seguros e o pagamento de certos fornecedores.

A GOL iniciou o processo legal nos Estados Unidos com um compromisso de financiamento de US\$950 milhões, na modalidade *Debtor in Possession* (“DIP”) por membros do Grupo Ad Hoc de *Bondholders* da Abra e outros *Bondholders* da Abra, os quais foram aprovados pelo Tribunal dos EUA em 29 de janeiro de 2024.

Nos dias 29 e 30 de janeiro de 2024, a GOL recebeu a primeira parcela do DIP no valor total de US\$350 milhões. Em 28 de fevereiro de 2024, o *Bankruptcy Court* concedeu, a segunda parcela de US\$150 milhões, bem como o adicional de US\$50 milhões, de forma definitiva, totalizando US\$1 bilhão de financiamento *debtor-in-possession* (“DIP”) de certos detentores de títulos garantidos e/ou seus designados, a ser utilizado para, entre outras finalidades, despesas designadas de capital de giro, necessidades corporativas gerais e custos relacionados à reestruturação. Em 10 e 11 de abril de 2024, a Companhia recebeu a parcela final de US\$450 milhões relativos ao DIP. O financiamento DIP está sujeito a certos objetivos e acordos contratuais.

O financiamento, juntamente com o caixa gerado pelas operações em curso, tem fornecido liquidez para apoiar as operações, que seguem normalmente, durante o processo de reestruturação financeira. Com o suporte do processo supervisionado pelo Tribunal e com a liquidez adicional do financiamento DIP, os voos de passageiros da GOL, os voos de carga da GOLLOG, o programa de fidelidade Smiles e outras operações da Companhia continuam operando normalmente.

Imediatamente após o início do *Chapter 11*, uma suspensão automática global de ações adversas de cobrança e execução por parte dos credores entrou em vigor nos termos da seção 362 do Título 11 do *Bankruptcy Code* para evitar, entre outros efeitos, que os credores exerçam medidas com relação às obrigações prévias à petição dos devedores.

Plano de Reorganização

Para que a GOL obtenha êxito do processo de reestruturação do *Chapter 11*, é crucial obter a aprovação do *Bankruptcy Court* para um plano de reorganização. Um plano de reorganização determina os direitos e a satisfação de créditos de vários credores e partes interessadas e está sujeito ao resultado das negociações e decisões do *Bankruptcy Court* em curso até a data em que o plano de reorganização é confirmado e que podem produzir impactos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

A GOL espera que qualquer plano proposto de reorganização endereçará, entre outras coisas, mecanismos para dirimir reivindicações de acionistas e atuais credores contra a Companhia.

Qualquer plano proposto de reorganização estará sujeito a revisões antes de ser submetido ao *Bankruptcy Court*, com base em discussões com os credores da GOL e outras partes interessadas, e posteriormente, em resposta a objeções das partes interessadas e aos requisitos do *Bankruptcy Code* e do *Bankruptcy Court*. Não há garantia de que o plano de reorganização será aprovado.

Em abril de 2024, foram submetidos à aprovação do Tribunal determinados termos e condições do acordo preliminar com os arrendadores de aeronaves. Os respectivos contratos de arrendamento estão sendo renegociados sob os termos da reestruturação global do *Chapter 11* e determinados termos contratuais foram modificados. Em junho de 2024, a Companhia iniciou a assinatura de alguns aditivos contratuais com arrendadores de aeronaves, os quais envolveram alterações nos fluxos de pagamentos de arrendamentos, arrendamentos suplementares (reserva de manutenção, depósitos de manutenção, depósitos para garantia, entre outros), troca de motores, rejeições e negociação de passivos não garantidos de aeronaves e motores.

Em setembro de 2024, a GLA concluiu as negociações comerciais com seus arrendadores de aeronaves e motores restantes e todos os acordos de reestruturação foram aprovados pelo *Bankruptcy Court*. No total, foram aprovados acordos de reestruturação para 139 aeronaves e 58 de motores sobressalentes, cujas assinaturas dos contratos definitivos estão em andamento.

Em 06 de novembro de 2024, a GOL firmou um Acordo de Apoio ao Plano de Reestruturação ("PSA") junto à Abra e determinadas afiliadas e o comitê de credores quirografários designado no processo do *Chapter 11*. Nos termos do PSA, em 09 de dezembro de 2024, a Companhia protocolou junto ao *Bankruptcy Court* um plano inicial de reestruturação que prevê, entre outros aspectos, significativa redução de sua alavancagem, extinguindo ou convertendo obrigações em capital da Companhia.

Os principais aspectos do Plano de Reestruturação são:

- A GOL reduzirá significativamente seu endividamento, convertendo em capital ou extinguindo até US\$1,7 bilhão de sua dívida financiada pré-início do procedimento de *Chapter 11* e até US\$850 milhões de outras obrigações.
- Como parte de um acordo com a GOL e o comitê de credores quirografários, a Abra concordou, em troca da satisfação dos créditos decorrentes da dívida no valor de US\$2,8 bilhões por ela reivindicada, em receber aproximadamente US\$950 milhões, e possivelmente mais, em novas ações dependendo da resolução de certas questões pendentes, bem como US\$850 milhões em dívida reestruturada. Dessa dívida reestruturada, US\$250 milhões serão obrigatoriamente convertidos em novas ações da Companhia, conforme estabelecido no Plano de Reestruturação, a partir do 30º mês após a saída do *Chapter 11*, com base no atingimento de determinados parâmetros de avaliação.
- A GOL pretende levantar até US\$1,85 bilhão em novo capital para prover liquidez incremental que apoie a execução de sua estratégia de crescimento após a saída do processo, dos quais até US\$330 milhões podem ser na forma de emissão de novas ações a serem subscrita por terceiros investidores.
- A GOL cumprirá seus contratos reestruturados de arrendamento de aeronaves, em conformidade com os termos previamente renegociados e acordados com seus arrendadores.

Em 7 de novembro de 2024, o Tribunal de Falências e Recuperações Judiciais (Bankruptcy Court) aprovou uma extensão do prazo para a Companhia apresentar um plano de reorganização até 20 de março de 2025, e para solicitar votos sobre esse plano até 19 de maio de 2025. Em 31 de março de 2025, o Tribunal de Falências e Recuperações Judiciais aprovou uma nova extensão desses prazos para 25 de julho de 2025 e 25 de setembro de 2025, respectivamente.

Continuidade operacional

Essas demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas em uma base contábil de continuidade, que contempla a realização dos ativos e a satisfação dos passivos e compromissos no curso normal dos negócios.

Como resultado do *Chapter 11*, as operações da Companhia e a capacidade de desenvolver e executar o seu plano de negócios, a sua condição financeira, liquidez e continuidade estão sujeitas a um elevado grau de risco e incerteza associados ao *Chapter 11*. O resultado do *Chapter 11* depende de fatores que estão fora do controle da Companhia, incluindo ações do *Bankruptcy Court*. Estas demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer ajustes que possam resultar do desfecho desta incerteza.

1.3. Contrato de serviços de cargas e logística

Em abril de 2022, a Companhia assinou um contrato de prestação de serviços de carga de 10 anos com o Mercado Livre. Este contrato prevê uma frota dedicada de cargueiros composta por 6 Boeing 737-800 BCF, com possibilidade de inclusão de outras 6 aeronaves de carga até 2025. A Companhia possui 6 aeronaves cargueiras em operação em 31 de dezembro de 2024.

1.4. Acordo entre o acionista controlador e Abra Group Limited

Em maio de 2022, a GOL efetuou a comunicação de que seu acionista controlador, MOBI Fundo de Investimento em Ações Investimento no Exterior ("MOBI FIA"), celebrou o *Master Contribution Agreement* com os principais acionistas do Investment Vehicle 1 Limited ("Avianca Holding"), a Abra Group Limited ("Abra").

Nos termos do *Master Contribution Agreement*, o MOBI FIA contribuiu suas ações da GOL, e os principais investidores da Avianca Holding contribuíram suas ações da Avianca Holding na Abra, uma sociedade de capital fechado, constituída sob as leis da Inglaterra e do País de Gales. Adicionalmente, as partes acordaram a celebração de um Acordo de Acionistas para reger seus direitos e obrigações como acionistas da Abra.

1.5. Impactos e ações tomadas pela Administração frente ao evento climático no Estado do Rio Grande do Sul

Em 2024, a Companhia enfrentou desafios operacionais decorrentes da reabertura parcial do Aeroporto Internacional Salgado Filho, após as interrupções causadas pela crise climática no Estado do Rio Grande do Sul. Embora a retomada das operações aéreas tenha ocorrido gradualmente, a Companhia foi impactada por cancelamentos de voos programados partindo de/chegando em Porto Alegre, devido às contínuas adequações da infraestrutura aeroportuária. Em 21 de outubro de 2024 ocorreu a reabertura para voos comerciais.

Considerando os fatos mencionados, a Companhia monitorou e revisou suas principais premissas e estimativas contábeis e não identificou ajustes contábeis a serem feitos em suas demonstrações financeiras.

1.6. Adesão à Transação Tributária

Em 30 de dezembro de 2024, a Companhia, juntamente com sua controladora GLAI, celebrou um acordo de parcelamento com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("PGFN") e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB"), que regulariza as obrigações fiscais da Companhia e suas subsidiárias, abrangendo tributos previdenciários, tributos não previdenciários e outras obrigações tributárias, conforme detalhado na nota explicativa nº 20.2.

2. Declaração da Administração, base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Estas demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em períodos futuros.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.

A Administração, ao elaborar estas demonstrações financeiras, utilizou-se dos seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; (iii) necessidades informacionais dos usuários das demonstrações financeiras; e (iv) informações provenientes de outras entidades inseridas no mesmo setor, principalmente no mercado internacional. A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela no desenvolvimento de suas atividades de gestão dos negócios.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- equivalentes de caixa e aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo;
- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas com base no pressuposto de sua continuidade operacional, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2.

Para melhor apresentação dos valores a pagar referente a custos com devoluções e outros juntamente com outras obrigações com arrendadores oriundas do *Chapter 11*, a Companhia passou a apresentar no exercício corrente tais montantes em rubrica separada no balanço patrimonial ("Obrigações com arrendadores"). Para comparabilidade com o exercício corrente, os saldos comparativos que estavam anteriormente apresentados na rubrica "Fornecedores" nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram reclassificados para a rubrica "Obrigações com arrendadores".

3. Aprovação das demonstrações financeiras

A aprovação e autorização para a emissão destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de abril de 2025.

4. Resumo das principais práticas contábeis

4.1. Consolidação

A Companhia possui investidas sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia detém menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida. A Companhia reavalia se mantém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A variação na participação societária em controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas, consistentes com as utilizadas na Companhia e adotadas no exercício anterior. Nas demonstrações financeiras, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, com a eliminação dos efeitos dos lucros ou prejuízos não realizados nas transações entre controladora e controladas, incluindo tributos incidentes.

Dado o disposto no CPC 36 - "Demonstrações consolidadas", equivalente ao IFRS 10, a Companhia não apresenta demonstrações financeiras consolidadas, visto que: (i) é controlada integral de outra entidade, a qual não apresentou objeção quanto à não apresentação das demonstrações consolidadas da Companhia; (ii) não possui instrumentos de dívida ou patrimoniais negociados publicamente; (iii) não arquivou e não está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto a uma Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador, visando à distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumento no mercado de capitais; e (iv) sua controladora (a GOL) disponibiliza ao público suas demonstrações em conformidade com os Pronunciamentos do CPC, em que as controladas são consolidadas de acordo com o referido pronunciamento.

4.2. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia classifica neste grupo os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras automáticas e títulos de liquidez imediata que, conforme análises são considerados prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado, e serão utilizadas pela Companhia em curto intervalo de tempo.

4.3. Aplicações financeiras

Na apresentação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia considera as disposições do CPC 48 – “Instrumentos Financeiros”, equivalente ao IFRS 9, que determina que os ativos financeiros, devem ser inicialmente mensurados a valor justo deduzido dos custos diretamente atribuíveis a sua aquisição. Por sua vez, a mensuração subsequente é dividida em duas categorias:

4.3.1. Custo amortizado

As aplicações financeiras são mensuradas pelo custo amortizado quando ambas as seguintes condições forem atendidas:

- a Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente; e
- os fluxos de caixa contratuais representam apenas o pagamento de juros e principal (“SPPI”).

4.3.2. Valor justo

As aplicações financeiras mensuradas a valor justo são divididas em duas categorias:

- por meio do resultado abrangente: esta categoria é aplicável quando ambas das seguintes condições forem atendidas: (i) a Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e vender o ativo; e (ii) os fluxos de caixa contratuais representam SPPI;
- por meio do resultado: é considerada uma categoria residual, ou seja, se a Companhia não planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e/ou vender o ativo, este deve ser mensurado pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia pode ainda optar, no reconhecimento inicial, pela designação do ativo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado, de forma a eliminar ou reduzir significativamente inconsistências de mensuração ou reconhecimento, denominadas “descasamento contábil”. Os instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado são para eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil, sendo desta forma avaliados a valor de mercado.

As aplicações financeiras cedidas como garantias vinculadas a instrumentos financeiros de curto e longo prazo, depósitos para operações de arrendamento e outras operações passivas são divulgadas na nota explicativa 6.

4.4. Contas a receber

São mensuradas com base no valor faturado, líquido das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, e se aproximam do valor justo dado sua natureza de curto prazo. Em aderência ao CPC 48 – “Instrumentos Financeiros”, equivalente ao IFRS 9, a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi mensurada através da aplicação da abordagem simplificada, considerando os dados históricos e projetando a perda esperada ao longo da vida do contrato, por meio da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e conforme os respectivos prazos de vencimento. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia efetua análises individuais para a avaliação dos riscos de recebimento.

4.5. Estoques

Os saldos de estoques compreendem principalmente materiais para manutenção e reposição de peças. Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição acrescidos de gastos tais como impostos não recuperáveis e despesas aduaneiras incorridos na aquisição e nos gastos com transportes até a localização atual dos itens. As provisões para obsolescência dos estoques são constituídas para aqueles itens que não possuem expectativa de realização.

4.6. Imposto de renda e contribuição social

4.6.1. Impostos correntes

No Brasil, compreende o imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro (“CSLL”), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, após compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, aplicando-se a essa base a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

4.6.2. Impostos diferidos

Os impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante.

Uma perda para realização desses ativos é reconhecida quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos não é provável.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável, portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de realização, estão sendo divulgados separadamente. Os ativos e passivos fiscais diferidos foram mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas e legislação fiscal vigentes na data das demonstrações financeiras.

As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são preparadas com base nos planos de negócio e são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração da GOL.

4.7. Direitos e obrigações com instrumentos financeiros derivativos

Variações nas taxas de juros, câmbio e nos preços do combustível de aviação expõem a Companhia a riscos que podem afetar seus desempenhos financeiros. Com o objetivo de mitigar tais riscos, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos que podem ou não ser designados para *hedge accounting* e, se designados, são classificados como *hedge* de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados a valor justo no reconhecimento e nos períodos subsequentes.

4.7.1. Instrumentos financeiros derivativos não designados como *hedge accounting*

A Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos que não sejam designados para *hedge accounting* quando os objetivos da Gestão de Risco não necessitem de tal classificação. As operações não designadas como *hedge accounting* apresentam a variação de seu valor justo contabilizadas diretamente no resultado financeiro.

4.7.2. Instrumentos derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa

Os instrumentos designados como *hedge* de fluxo de caixa visam proteger resultados futuros decorrentes das variações das taxas de juros, do preço de combustível e da variação cambial. A efetividade das variações é estimada com base em métodos estatísticos de correlação e pela proporção entre os ganhos e perdas do *hedge* e a variação dos custos e despesas protegidos. As variações efetivas do valor justo são contabilizadas no patrimônio líquido em “Outros resultados abrangentes”, até o reconhecimento do resultado do objeto do *hedge*. As ineficácias verificadas em cada período de reporte são reconhecidas no resultado financeiro. As transações de *hedge* contabilizadas em “Outros resultados abrangentes” apresentam-se líquidas dos efeitos de impostos.

4.7.3. Desreconhecimento e baixa de instrumentos financeiros derivativos

A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia (i) cancela a relação de proteção; (ii) o instrumento derivativo vence ou é vendido, rescindido ou executado, (iii) quando há baixa previsibilidade de realização do objeto de *hedge*, ou (iv) quando não se qualifica mais como *hedge accounting*. Caso a operação seja descontinuada, quaisquer ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido até aquela data são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

4.8. Depósitos

4.8.1. Depósitos para manutenção de aeronaves e motores

Referem-se a pagamentos efetuados em dólar norte-americano aos arrendadores para futura manutenção de aeronaves e motores. A realização desses ativos acontece, substancialmente, na utilização do depósito para o pagamento à oficina quando a manutenção é realizada ou por meio de recebimentos de recursos financeiros, de acordo com as negociações efetuadas com os arrendadores. A variação cambial destes pagamentos é reconhecida como despesa ou receita no resultado financeiro. A Administração efetua análises regulares da recuperabilidade desses depósitos com base na elegibilidade de aplicação de tais valores em eventos de manutenção futuros e acredita que os valores refletidos no balanço são realizáveis.

Alguns dos contratos preveem que, caso não haja eventos de manutenção com possibilidade de utilização dos depósitos, os valores depositados para esta operação não são reembolsáveis. Tais valores são retidos pelo arrendador e representam pagamentos realizados em função da utilização dos componentes até a data de devolução. Dessa forma, os valores enquadrados nesta categoria, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício na rubrica de “Material de manutenção e reparo”, considerando as análises regulares de recuperabilidade ou no momento da devolução do bem.

4.8.2. Depósitos judiciais

No decurso das ações impetradas contra a Companhia e sobre as quais esta questiona a legitimidade das reclamações, pode ocorrer que a Companhia seja requerida a efetuar depósitos recursais e/ou judiciais de forma a dar continuidade a sua estratégia de defesa. Tais valores são corrigidos monetariamente em sua maioria pelos índices inflacionários e caracterizam-se como recursos não disponíveis imediatamente para a Companhia, pendentes de decisão judicial.

4.8.3. Depósitos em garantia de contratos de arrendamento

Os depósitos e cauções são denominados em dólar norte-americano e atualizados mensalmente pela variação do câmbio. Os depósitos são reembolsáveis à Companhia ao término dos contratos de arrendamento ou compensados com obrigações futuras formalizadas no momento da devolução do ativo arrendado.

4.9. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes *rotables* (peças de reposição), são registrados pelo custo de aquisição e/ou construção. Juros e encargos financeiros diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um bem que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do ativo correspondente.

Cada componente do imobilizado que possui um custo significativo em relação ao total do bem é depreciado separadamente. A vida útil econômica estimada dos itens do imobilizado, para fins de depreciação, está demonstrada na nota explicativa 14.

O valor de mercado estimado ao final de sua vida útil é a premissa para determinação do valor residual dos itens imobilizados da Companhia. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados anualmente pela Companhia. Eventuais mudanças em função da alteração da expectativa de utilização de tais itens resultam em alterações prospectivas.

O valor contábil do imobilizado é analisado para verificar possível perda no valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que o valor recuperável estimado. O valor contábil das aeronaves é testado para identificação de perdas no valor recuperável anualmente, mesmo que não haja circunstâncias que indiquem a existência de perdas.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item são determinados pela diferença entre o valor recebido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Adicionalmente, a Companhia adota o seguinte tratamento para os grupos abaixo:

4.9.1. Adiantamentos para aquisição de aeronaves

Referem-se a pré-pagamentos em dólar norte-americano efetuados junto à Boeing para aquisição de aeronaves 737-MAX. Os adiantamentos são convertidos pela taxa histórica.

4.9.2. Contratos de arrendamento

Os contratos de arrendamento são reconhecidos, mensurados, apresentados e divulgados de acordo com a norma vigente, o CPC 06 (R2) - "Arrendamentos", equivalente ao IFRS 16.

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento, prevista na norma, para arrendamentos de curto prazo (restrita a bens não aeronáutico) e ativos de "baixo valor".

Conforme o item 8 do CPC 06 (R2) - "Arrendamentos", equivalente ao IFRS 16, é permitido a determinação de arrendamentos de curto prazo com base na classe de ativo subjacente associada ao direito de uso. Nesse contexto, a Companhia utiliza essa prerrogativa para ajustar o reconhecimento dos arrendamentos de curto prazo aos bens não aeronáuticos, em conformidade com as normativas contábeis aplicáveis.

4.9.2.1. Ativo de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. A mensuração inicial de um ativo de direito de uso também contempla uma estimativa dos custos a serem incorridos pela Companhia na devolução do ativo subjacente, restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento. A Companhia incorre na obrigação por esses custos, seja na data de início ou como consequência de ter utilizado o ativo subjacente durante a vigência do contrato.

Após a data de início, os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

4.9.2.2. Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece a valor presente os pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento de acordo com o fluxo programado. Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa; e (iii) valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, caso o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção de rescindir o arrendamento por parte da Companhia.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início, quando a taxa de juros implícita no arrendamento não puder ser determinada imediatamente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o decurso do tempo e, conseqüentemente, o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação no arrendamento, considerando mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reavalia o passivo do arrendamento sempre que ocorrem determinados eventos e reconhece o valor de remensuração deste passivo como um ajuste ao ativo de direito de uso. Contudo, se o valor contábil do ativo de direito de uso for reduzido a zero e houver uma redução adicional na mensuração do passivo de arrendamento, a Companhia reconhece qualquer valor remanescente da remensuração no resultado.

4.9.2.3. Transações de venda e retroarrendamento – *Sale-leaseback*

As transações de *sale-leaseback* ocorrem quando a Companhia vende um ativo e o arrenda de volta. Estas transações são inicialmente analisadas dentro do escopo do CPC 47 – “Receita de Contrato com Cliente”, equivalente ao IFRS 15, com objetivo de verificar se a obrigação de desempenho foi satisfeita, e, portanto, contabilizar a venda do bem.

Uma vez atendido tal requerimento, a determinação do reconhecimento do resultado de transações de *sale-leaseback* utiliza como referência o valor justo do bem negociado. Para bens novos, a fonte de informação para obtenção do valor justo são cotações de mercado para itens de natureza semelhante, considerando as condições do bem. Caso o item já pertença a Companhia, o cálculo para determinação do valor justo é realizado através de metodologia interna, baseado na metodologia aplicada no mercado.

Após a definição o valor justo, os ganhos ou perdas são inicialmente calculados com base na diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos e posteriormente ajustados de acordo com a proporcionalidade do direito de uso transferido ao arrendador (sendo esse último o valor efetivo reconhecido em resultado como ganho ou perda).

O cálculo da proporcionalidade é realizado considerando o valor presente dos pagamentos do arrendamento ajustado pelos pagamentos antecipados ou financiamentos adicionais.

4.9.3. Capitalização de gastos com grandes manutenções de motores, aeronaves, trem de pouso e APU's (*Auxiliary Power Unit*)

Os gastos com grandes manutenções, que incluem substituições de peças e mão de obra, são capitalizados somente quando há o prolongamento da vida útil estimada do ativo correspondente. Tais custos são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado a incorrer até a próxima data para grande manutenção ou a devolução do bem, o que ocorrer antes. Gastos incorridos que não prolongam a vida útil dos ativos são reconhecidos diretamente no resultado.

4.10. Ativos intangíveis

4.10.1. Vida útil definida

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e os gastos são refletidos na demonstração do resultado no exercício em que foram incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis de vida útil definida são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

4.10.2. Vida útil indefinida

4.10.2.1. Ágio por expectativa de rentabilidade futura

Nessa categoria estão registrados os valores correspondentes ao ágio decorrente das combinações de negócios efetuadas pela Companhia. O valor do ágio é testado anualmente através da comparação do valor contábil com o valor recuperável da unidade geradora de caixa. A Administração realiza julgamentos e estabelece premissas para avaliar o impacto das mudanças macroeconômicas e operacionais, a fim de estimar os fluxos de caixa futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

4.10.2.2. Direitos de operações em aeroportos ("*slots*")

Na combinação de negócios da GLA e da Webjet, foram adquiridos *slots* que foram reconhecidos pelos seus valores justo na data da aquisição e não são amortizados. A vida útil estimada destes direitos foi considerada indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requerimentos e autorizações de permissão para operar no Brasil e limitada disponibilidade de direitos de usos nos mais importantes aeroportos em termo de volume de tráfego aéreo. O valor contábil desses direitos é avaliado anualmente, com base na unidade geradora de caixa quanto a seu valor recuperável ou em casos de mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

4.11. Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

A Companhia realiza anualmente a revisão das fontes internas e externas de informação, a fim de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas, tecnológicas, ou em operações que possam indicar a desvalorização de um ativo ou unidade geradora de caixa.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o seu valor justo, deduzindo os custos de venda, e seu valor em uso. Quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) excede o seu valor recuperável, uma provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa estimados futuros são descontados a valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a UGC.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC).

Uma perda por *impairment* anteriormente reconhecida é revertida, exceto sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), apenas em situações que há uma mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo.

4.12. Investimentos

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial na Controladora. Nas operações entre as controladas da Companhia, os ganhos ou perdas não realizadas foram eliminados. A Companhia não possui participação societária em sociedades das quais não detém o controle.

A Companhia classifica em Provisões para perdas em investimentos os investimentos em controladas com patrimônio líquido negativo.

4.13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na contratação e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado, exceto quando sujeitos a capitalização.

4.14. Fornecedores e outras obrigações

São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.

4.15. Transportes a executar

Representa as obrigações da Companhia de prestação de serviços de transporte aéreo e outros serviços auxiliares à obrigação principal junto a seus clientes, líquida da receita de *breakage* já reconhecida no resultado, conforme detalhado na nota explicativa 4.18.1.

4.16. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.

4.16.1. Provisão para devolução de aeronaves e motores

Os contratos de arrendamento de aeronaves regularmente preveem obrigações contratuais estabelecendo condições para devolução. A Companhia provisiona os custos de devolução, uma vez que se tratam de obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e que irão gerar desembolsos futuros, no momento em que a mensuração possa ser feita com razoável segurança.

Os gastos previstos no momento inicial referem-se basicamente a reconfiguração de aeronaves (interior e exterior), obtenção de licenças e certificações técnicas, *checks* de devolução, pintura, entre outros, conforme estabelecido em contrato. O custo estimado é registrado a valor presente em contrapartida do ativo imobilizado. Após o registro inicial, o passivo é atualizado de acordo com a taxa de remuneração de capital estimada pela Companhia, com contrapartida no resultado financeiro. Eventuais alterações na estimativa de gastos a incorrer são registradas de forma prospectiva.

Além dos gastos previstos de reconfiguração da aeronave, os contratos de arrendamento preveem as condições de preservação e vida útil dos componentes da aeronave a serem observadas no momento da devolução. Esta provisão depende de fatores que envolvem a utilização efetiva das aeronaves e motores, eventos de manutenção durante o período contratual, entre outras variáveis, sendo assim, é registrada a partir do momento em que a Companhia possui os elementos necessários para estimar de forma confiável o valor dos gastos a serem incorridos, considerando o período em que a se torna uma obrigação presente pelas condições dos motores e componentes. A Companhia estima a provisão para devolução das aeronaves e motores a valor presente quando o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante, baseado no fim do contrato de arrendamento, momento no qual o desembolso se fará necessário.

4.16.2. Provisão para riscos tributários, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, principalmente no Brasil, cujas avaliações de probabilidades de perdas incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como prováveis, possíveis ou remotos. A provisão registrada em relação a tais processos reflete razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Caso a Companhia possua demandas judiciais cujos valores não são conhecidos ou razoavelmente estimáveis, mas a probabilidade de perda seja provável, estas demandas têm sua natureza divulgada.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.17. Benefício pós-emprego

A Companhia reconhece ativos e passivos atuariais relacionados a benefício de plano médico oferecido a seus colaboradores de acordo com o CPC 33 (R1) – “Benefícios a Empregados”, equivalente ao IAS 19. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes tendo como base o relatório atuarial preparado por especialistas independentes, enquanto os benefícios pagos diretamente pela Companhia, o custo do serviço corrente e o custo dos juros são reconhecidos no resultado do exercício.

4.18. Reconhecimento de receita

4.18.1. Receita de passageiros, cargas e serviços auxiliares

A receita de passageiros é reconhecida quando o transporte aéreo é efetivamente prestado. Os bilhetes vendidos, mas ainda não utilizados são registrados na rubrica de transportes a executar, representando uma receita diferida de bilhetes vendidos a serem transportados em data futura, líquida da estimativa de receita de *breakage*.

A receita de *breakage* consiste no cálculo, com base histórica, de bilhetes emitidos que expirarão pela não utilização, ou seja, passageiros que adquiriram bilhetes e que apresentam grande probabilidade de não utilizá-los. Ao menos anualmente os cálculos são revisados com objetivo de refletir e capturar mudanças no comportamento dos clientes em relação à expiração de bilhetes. Cabe ressaltar que eventos futuros podem alterar significativamente o perfil dos clientes e seu comportamento histórico.

Receitas originadas de embarque de cargas são reconhecidas quando as obrigações de desempenho são atendidas.

Outras receitas que incluem serviços fretados, serviços de venda a bordo, tarifas de remarcação de voos, despacho de bagagem e outros serviços adicionais são reconhecidos junto com a obrigação principal de transporte de passageiro.

4.18.2. Receita de milhas

O Programa Smiles tem o objetivo de fidelizar seus clientes por meio da concessão de créditos de milhas aos participantes. A obrigação gerada pela emissão de milhas é mensurada com base no preço pelo qual as milhas foram vendidas aos parceiros aéreos e não aéreos da Smiles, considerados como o valor justo da transação.

As receitas provenientes do programa de milhagem com produtos e serviços aéreos, os quais são ofertados pela própria entidade, são reconhecidas no momento do transporte, visto que a obrigação de desempenho da entidade se torna exclusivamente o transporte aéreo e serviços relacionados, sendo a Companhia a entidade que controla o serviço especificado antes que este seja transferido ao cliente. Para as trocas de prêmios com serviços e produtos não vinculados a entidade do mesmo grupo econômico, a obrigação de desempenho é cumprida no momento do resgate das milhas pelos participantes do programa Smiles.

Em decorrência de suas características o programa de milhas também propicia a possibilidade de se reconhecer uma receita de *breakage*. A Companhia calcula a estimativa de *breakage* por meio da probabilidade das milhas que têm chances significativas de expiração devido à não utilização, considerando o histórico comportamental dos participantes do Programa Smiles.

Cabe ressaltar que eventos futuros podem alterar significativamente o perfil dos clientes e seu padrão histórico do resgate de milhas. Tais alterações podem resultar em mudanças significativas no saldo de receita diferida, assim como no reconhecimento da receita de *breakage*, revisado anualmente.

4.18.3. Adoção de *hedge accounting* para proteção de receitas de passageiros e serviços auxiliares futuros

No curso regular de suas operações a Companhia realiza vendas recorrentes em dólares norte-americanos ("US\$") principalmente em decorrência das rotas internacionais na América do Sul, Central e do Norte. Em 1º de agosto de 2019 a Administração adotou o *hedge accounting*, modalidade fluxo de caixa, como forma a reduzir a volatilidade dessas receitas futuras em moeda estrangeira (objeto de *hedge*), consideradas altamente prováveis, conforme previsto e expresso no parágrafo 6.3.1 do CPC 48 - "Instrumentos financeiros", utilizando como instrumentos de *hedge* contratos de arrendamento registrados como dívida em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) - "Arrendamentos".

Com a adoção do *hedge accounting*, os ganhos e perdas cambiais oriundos dos contratos de arrendamento (instrumento de *hedge*) serão acumulados em conta do patrimônio líquido, "Ajuste de avaliação patrimonial", sendo apropriados ao resultado da Companhia no momento da realização das receitas oriundas de vendas em US\$.

O *hedge accounting* deriva do *hedge* natural das operações da Companhia, retratada pelo fluxo de caixa (receitas e amortizações de dívida em US\$) e não representa aumento de custos financeiros, possibilitando a eliminação parcial da volatilidade cambial dos resultados da Companhia. A posição final do patrimônio líquido não é afetada pela adoção desta prática contábil.

Os elementos do *hedge accounting* são: (1) objeto de *hedge*: receita altamente provável de vendas em US\$; (2) instrumento de *hedge*: contratos de arrendamento atrelados ao US\$; (3) montante designado: 60 meses de receitas consideradas altamente prováveis, perfazendo um notional no momento da adoção inicial no montante de US\$903,102; (4) natureza do risco coberto: variação cambial; (5) especificação do risco coberto: câmbio spot USD/BRL; (6) tipo de relação de *hedge*: fluxo de caixa.

4.19. Remuneração baseada em ações

4.19.1. Opções de compra de ações

A Companhia oferece a seus executivos planos de opção de compra de ações da GOL. Neste contexto, a Companhia reconhece como despesa, em base linear, o valor justo das opções ou ações, calculadas pelo método de *Black-Scholes*, apurado na data da outorga, durante o período de serviço exigido pelo plano em contrapartida ao saldo de partes relacionadas. A despesa acumulada reconhecida reflete a melhor estimativa da Companhia sobre o número de ações da GOL que serão adquiridas. A despesa ou receita da movimentação ocorrida no exercício é reconhecida na demonstração do resultado.

4.19.2. Ações restritas

A Companhia também pode oferecer a seus executivos um plano de transferência de ações restritas que se realiza ao término do prazo estipulado a partir da data de concessão, conforme definido no plano de cada programa, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período. Tal transferência se dá preferencialmente através de ações da GOL mantidas em tesouraria.

O impacto de eventual revisão das quantidades de ações restritas que não serão adquiridas em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada, registrada em contrapartida de partes relacionadas, reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste.

4.20. Participação dos colaboradores e administradores nos lucros

Os colaboradores da Companhia têm direito a uma participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente, e os administradores com base nas disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. O montante da participação é reconhecido no resultado do exercício em que as metas são atingidas.

4.21. Receitas e despesas financeiras

Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos, variações cambiais sobre ativos e passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos e perdas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado, juros sobre empréstimos e financiamentos, comissões e despesas bancárias, entre outros. As receitas e as despesas com juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

4.22. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, a menos que esses ajustes não sejam diluidores.

4.23. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer em despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão.

A Companhia efetua análises quantitativas e qualitativas conforme requer os pronunciamentos vigentes.

A Companhia regularmente administra seus negócios e toma decisões de alocações de recursos considerando a existência de apenas um segmento operacional de transporte aéreo.

As operações deste segmento têm origem na Companhia, pela prestação de serviços de transporte aéreo de passageiros e os principais ativos geradores de receitas são suas aeronaves. As outras receitas do segmento são originadas principalmente das operações de cargas, programa de fidelidade, manutenção de aeronaves de terceiros, entre outros.

Na tabela abaixo está demonstrada a análise quantitativa da receita bruta total do segmento de transporte aéreo por linha de receita:

Parâmetros	2024	2023
Quantitativo		
Transporte de passageiros	90,3%	92,0%
Outros	9,7%	8,0%

4.24. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio vigente da data em que as operações ocorrem. Ativos e passivos monetários designados em moeda estrangeira são apurados com base na taxa de câmbio vigente da data do balanço, e qualquer diferença resultante da conversão de moedas é registrada na rubrica de "Variação cambial, líquida" na demonstração de resultado do exercício.

As taxas de câmbio em reais em vigor na data base destas demonstrações financeiras são as seguintes:

	Taxa final		Taxa média	
	2024	2023	2024	2023
Dólar americano	6,1923	4,8413	5,3890	4,9959
Peso argentino	0,0060	0,0060	0,0059	0,0192

4.25. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Tem a finalidade de evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras para as normas do IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis, seguindo as disposições contidas no CPC 09 – “Demonstração valor adicionado”.

4.26. Novas normas e pronunciamentos contábeis adotados no exercício corrente

As normas listadas na sequência tornaram-se válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2024 ou após essa data.

4.26.1. Alterações ao IAS 7: *Statement of Cash Flows* e ao IFRS 7: *Financial Instruments*

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

4.26.2. Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento)

As alterações fornecem diretrizes mais detalhadas sobre como determinar o passivo de locação em uma transação de venda e retroarrendamento e esclarecem como contabilizar a transferência do ativo, dependendo se a transferência é considerada uma venda ou não. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

4.26.3. Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

As alterações especificam que as cláusulas restritivas (covenants) a serem cumpridas após a data do balanço não afetam a classificação da dívida como circulante ou não circulante na data do balanço. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

4.26.4. Aprovação ao CPC 09 (R1): Demonstração do valor adicionado

Essa atualização reflete o compromisso da CVM em alinhar as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais, promovendo maior transparência e comparabilidade nas demonstrações financeiras das companhias abertas. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

4.27. Principais estimativas contábeis e premissas utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas (conforme divulgado na nota explicativa nº 2) que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, a saber:

- perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa 7);
- análise de recuperabilidade de depósitos para manutenção (nota explicativa 9);

- análise anual do valor recuperável de impostos diferidos (nota explicativa 12);
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas explicativas 14 e 15);
- análise do valor recuperável de ágio e slots (nota explicativa 15);
- receita de *breakage* de passagens e milhas (notas explicativas 22 e 23);
- provisão para devolução de aeronaves e motores (nota explicativa 24);
- provisões para benefício pós-emprego (nota explicativa 24);
- provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa 24);
- transações com remuneração baseada em ações (nota explicativa 28);
- direitos e obrigações com operações de derivativos (nota explicativa 34); e
- valor justo de instrumentos financeiros (nota explicativa 34).

A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

4.28. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

4.28.1. IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

4.28.2. IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, não é elegível para a aplicação do IFRS 19.

4.28.3. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

4.28.4. Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários	285.212	57.841
Equivalentes de caixa	358.177	35.461
Total	643.389	93.302

A composição do saldo de equivalentes de caixa está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Moeda nacional		
Compromissadas ^(a)	297.479	-
Aplicações automáticas	60.698	35.461
Total moeda nacional	358.177	35.461
Total	358.177	35.461

- (a) Montante de R\$297.479 referente ao DIP obtido no âmbito do *Chapter 11*, conforme nota explicativa nº 1.2, a ser utilizado, entre outras finalidades, para despesas designadas de capital de giro, necessidades corporativas gerais, custos relacionados à reestruturação e com a finalidade de atender a compromissos de caixa com vencimentos de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2024, o recurso proveniente do DIP estava aplicado em conta com rendimento automático de 92,5% do CDI, sem vencimento e sem carência.

6. Aplicações financeiras

	Rentabilidade média ponderada (a.a.)	2024	2023
Moeda nacional			
Aplicações automáticas	10,0% do CDI	128.960	57.687
Títulos públicos	99,9% do CDI	2.420	1.871
Títulos privados	98,4% do CDI	221.182	211.380
Fundos de investimento	64,2% do CDI	4.782	6.241
Total moeda nacional		357.344	277.179
Moeda estrangeira			
Fundos de investimento	-	-	652
Total moeda estrangeira		-	652
Total ^(a)		357.344	277.831
Circulante		198.649	135.195
Não circulante		158.695	142.636

- (a) Do montante total registrado em 31 de dezembro de 2024, R\$355.756 (R\$275.470 em 31 de dezembro de 2023), referem-se a aplicações utilizadas como garantias vinculadas a depósitos para operações de arrendamentos, instrumentos financeiros derivativos, processos judiciais e empréstimos e financiamentos.

7. Contas a receber

	2024	2023
Moeda nacional		
Administradoras de cartões de crédito ^(a)	2.144.833	280.698
Agências de viagens	540.976	292.461
Agências de viagens – Partes relacionadas	6.515	14.316
Agências de cargas	227.212	94.860
Companhias aéreas parceiras	12.023	10.116
Outros	35.783	13.153
Total moeda nacional	2.967.342	705.604
Moeda estrangeira		
Administradoras de cartões de crédito	66.746	42.743
Agências de viagens	67.736	20.762
Agências de viagens – Partes relacionadas	13.371	27.075
Agências de cargas	922	953
Companhias aéreas parceiras	25.663	32.259
Outros	29.685	102.142
Total moeda estrangeira	204.123	225.934
Total	3.171.465	931.538
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(20.600)	(19.162)
Total líquido	3.150.865	912.376

(a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reduziu substancialmente as transações de antecipação de recebíveis.

A composição de contas a receber por idade de vencimento, líquida de provisões para crédito de liquidação duvidosa, é como segue:

	2024	2023
A vencer		
Até 30 dias	1.442.033	543.560
De 31 a 60 dias	661.021	82.224
De 61 a 90 dias	462.016	55.287
De 91 a 180 dias	438.500	62.220
De 181 a 360 dias	72.708	5.703
Acima de 360 dias	153	1.597
Total a vencer	3.076.431	750.591
Vencidas		
Até 30 dias	17.752	37.569
De 31 a 60 dias	11.106	29.006
De 61 a 90 dias	8.172	18.248
De 91 a 180 dias	9.906	62.251
De 181 a 360 dias	1.624	13.532
Acima de 360 dias	25.874	1.179
Total vencidas	74.434	161.785
Total	3.150.865	912.376

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	(19.162)	(22.548)
(Adições) Reversões	(1.438)	3.386
Saldo no final do exercício	(20.600)	(19.162)

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, a entidade deve reconhecer uma provisão para perdas por valor equivalente às perdas de créditos esperadas, a fim de refletir a estimativa da Companhia que um evento futura ocorra e resulte no não recebimento dos fluxos de caixa.

A provisão para perda de crédito esperada da Companhia para os recebíveis comerciais é efetuada pela avaliação de perdas esperadas considerando na análise, além de julgamentos efetuados com base no melhor conhecimento da Companhia.

Em linha com o disposto no item B5.5.35 do CPC 48 – “Instrumentos Financeiros”, a Companhia utiliza o expediente prático na estimativa das perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes, a partir das perdas históricas utilizando uma matriz de provisões.

8. Estoques

	2024	2023
Materiais de consumo	23.011	36.893
Peças e materiais de manutenção	359.622	320.398
Adiantamentos a fornecedores	49.617	39.925
Total	432.250	397.216

A movimentação da provisão para obsolescência de estoques é conforme segue:

	2024	2023
Saldos no início do exercício	(9.268)	(9.611)
Adições	(1.017)	(597)
Baixas	1.047	940
Saldos no final do exercício	(9.238)	(9.268)

9. Depósitos

	2024	2023
Depósitos judiciais	545.847	469.012
Depósito em garantia de contratos de arrendamento(a)	1.339.989	937.432
Depósito para manutenção	1.391.392	1.044.967
Outros	111.073	56.452
Total	3.388.301	2.507.863
Circulante	220.859	264.524
Não circulante	3.167.442	2.243.339

(a) Em 31 de dezembro de 2024, foram reduzidos R\$27.296 de depósitos de garantia e manutenção, os quais foram utilizados nas renegociações com os arrendadores no contexto do *Chapter 11*, conforme mencionado na nota explicativa nº 17.

9.1.1. Depósitos para manutenção

A Companhia efetua depósitos em dólar norte-americano para manutenção de aeronaves e motores, que serão utilizados em eventos futuros conforme estabelecido em determinados contratos de arrendamento mercantil.

Os depósitos para manutenção não isentam a Companhia, como arrendatária, das obrigações contratuais relativas às manutenções ou ao risco associado às atividades operacionais. A Companhia detém o direito de escolher realizar as manutenções internamente ou através de seus fornecedores. Estes depósitos podem ser substituídos por garantias bancárias ou cartas de crédito (SBLC – *stand by letter of credit*) de acordo com as condições estabelecidas no contrato de arrendamento da aeronave. As cartas de crédito podem ser executadas pelos arrendadores sob determinadas situações descritas no contrato entre arrendador e GOL, incluindo situações em que as manutenções das aeronaves e motores não ocorram de acordo com o cronograma de revisão. Em 26 de janeiro de 2024, os arrendadores BOC Aviation Limited e WNG Capital LLC,

executaram suas garantias totalizando US\$13,3 milhões. Em 13 de agosto o arrendador Aergo Capital executou sua garantia no total de US\$719,6 milhões. Em 4 de dezembro o arrendador YAMASA executou suas garantias, totalizando US\$964 milhões.

A Companhia possui duas categorias de depósitos para manutenção:

- Garantia de manutenção: refere-se a depósitos pontuais que são reembolsados ao final do contrato de arrendamento, e podem também ser utilizados em eventos de manutenção, a depender de negociações com arrendadores. O saldo destes depósitos em 31 de dezembro de 2024 era de R\$238.404 (R\$164.314 em 31 de dezembro de 2023).
- Reserva de manutenção: refere-se a valores pagos mensalmente com base na utilização dos componentes e podem ser utilizados em eventos de manutenção conforme determinação contratual. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo referente a tais reservas era de R\$1.159.423 (R\$880.653 em 31 de dezembro de 2023).

9.2. Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais representam garantias de processos judiciais tributários, cíveis e trabalhistas, mantidos em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. Parte dos depósitos judiciais referem-se a processos de ações cíveis e trabalhistas decorrentes de pedidos de sucessão em processos movidos contra Varig S.A. ou, ainda, a processos trabalhistas movidos por colaboradores que não pertencem à Companhia ou a qualquer parte relacionada. Tendo em vista que a Companhia não é parte legítima para figurar no polo passivo de referidas ações judiciais, sempre que tais bloqueios ocorrem, é demandada sua exclusão e respectiva liberação dos recursos retidos. Em 31 de dezembro de 2024, os valores bloqueados referentes a processos de sucessão da Varig S.A. e a processos de terceiros eram de R\$33.669 e R\$69.089, respectivamente (R\$47.754 e R\$70.904 em 31 de dezembro de 2023), os demais valores referem-se a processos judiciais cuja Companhia é parte principal.

9.3. Depósitos em garantia de contratos de arrendamento

Conforme requerido pelos contratos de arrendamento mercantil, a Companhia realiza depósitos em garantia (em dólar norte-americano) às empresas arrendadoras, que podem ser resgatáveis mediante a substituição por outras garantias bancárias ou resgatáveis integralmente no vencimento dos contratos.

10. Adiantamento a fornecedores e terceiros

	2024	2023
Adiantamento a fornecedores nacional ^(a)	179.356	307.813
Adiantamento a fornecedores internacional	237.747	157.774
Adiantamento a fornecedores internacional - partes relacionadas	13.431	13.494
Adiantamento para materiais e reparos	49.675	37.887
Total adiantamento a fornecedores	480.209	516.968
Circulante	456.544	415.453
Não circulante	23.665	101.515

(a) Em 31 de dezembro de 2024 os saldos são apresentados líquidos de provisões para perdas no montante de R\$95.653.

11. Impostos a recuperar

	2024	2023
IRPJ e CSLL a recuperar	55.733	50.329
PIS e COFINS a recuperar	12.043	92.281
Impostos retidos por órgãos públicos	14.946	24.479
Imposto de valor agregado (IVA), no exterior	10.065	4.822
Outros	613	4.213
Total	93.400	176.124
Circulante	84.079	162.047
Não circulante	9.321	14.077

12. Impostos diferidos

12.1. Impostos diferidos ativos (passivos)

As posições de passivos diferidos estão apresentadas a seguir e observam os direitos legais exequíveis de compensação que consideram impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributária.

	2022	Resultado	2023	Resultado	Utilização ^(a)	2024
Prejuízos fiscais	-	-	-	1.420.871	(1.420.871)	-
Base negativa de contribuição social	-	-	-	511.514	(511.514)	-
Diferenças temporárias:						
Direitos de voo	(353.226)	-	(353.226)	-	-	(353.226)
Depreciação de motores e peças de manutenção de aeronaves	(227.878)	(118.837)	(346.715)	(26.010)	-	(372.725)
Provisão para <i>breakage</i>	(300.029)	(96.009)	(396.038)	(119.236)	-	(515.274)
Amortização do ágio para fins fiscais	(190.211)	(46.916)	(237.127)	(46.915)	-	(284.042)
Operações com derivativos	22.185	13.238	35.423	(64.338)	-	(28.915)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - contas a receber e outros créditos	200.790	(132.740)	68.050	(18.721)	-	49.329
Provisão/(reversão) para devolução de aeronaves e motores	306.149	96.680	402.829	(93.614)	-	309.215
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais	274.883	16.711	291.594	287.460	-	579.054
Operações de arrendamento de aeronaves e outros	187.255	86.716	273.971	13.893	-	287.864
Outros	43.728	19.841	63.569	5.671	-	69.240
Total dos impostos diferidos - passivo	(36.354)	(161.316)	(197.670)	1.870.575	(1.932.385)	(259.480)

(a) A Companhia realizou a constituição e utilização de créditos de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa da CSLL para liquidar parcialmente débitos no acordo de Transação Tributária no montante de R\$1.932.385, vide explicações na nota explicativa nº 20.2.

A Administração considera que os passivos diferidos registrados em 31 de dezembro de 2024 decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização de suas bases e da expectativa de resultados futuros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

A Companhia possui prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável, a compensar com 30% dos lucros tributários futuros anuais, sem prazo para prescrição, não registrados no balanço patrimonial nos seguintes montantes:

	2024	2023
Prejuízo fiscal de IRPJ	12.461.433	15.041.786
Base negativa da CSLL	12.461.154	15.041.786
Crédito tributário potencial	4.236.862	5.114.207

- (a) Devido ao acordo da Transação Tributária, parte do prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa da CSLL foi baixado devido ao encerramento de disputas judiciais. Adicionalmente, a Companhia constituiu e compensou R\$1.932.385 de impostos diferidos ativos para liquidar passivos tributários, conforme mencionado na nota explicativa nº 20.2.

A conciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é demonstrada a seguir:

	2024	2023
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(7.848.218)	1.521.460
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	2.668.394	(517.296)
Ajustes para o cálculo da alíquota efetiva:		
Equivalência patrimonial	254	31.903
Diferença de alíquota sobre resultado de sucursais	99.849	415.938
Imposto de renda sobre diferenças permanentes e outros	-	(73)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	121.139	(299.817)
Despesas não dedutíveis, líquidas	(201.284)	(346.008)
Benefício não constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias	(3.570.627)	566.850
Desconto de encargos da Transação Tributária ^(a)	810.887	-
Impostos reconhecidos devido Transação Tributária ^(a)	(475.896)	-
Prejuízo fiscal e base Negativa na Transação Tributária ^(a)	1.932.385	-
Imposto de renda e contribuição social total	1.385.101	(148.503)
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(485.474)	12.813
Diferido ^{(a) (b)}	1.870.575	(161.316)
Total imposto de renda e contribuição social	1.385.101	(148.503)

- (a) Para maiores informações vide nota explicativa nº 20.2.

- (b) O diferido é composto da utilização de créditos de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa da CSLL, para liquidar parcialmente débitos no acordo de Transação Tributária, no montante de R\$1.932.385, líquido do diferido passivo reconhecido em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$61.810.

13. Investimentos

13.1. Composição dos investimentos

	Smiles Viagens	Smiles Argentina
Informações relevantes das controladas em 31 de dezembro de 2024		
Percentual de participação	100%	100%
Patrimônio líquido	15.074	36.027
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(4.058)	4.805
Informações relevantes das controladas em 31 de dezembro de 2023		
Percentual de participação	100%	100%
Patrimônio líquido	19.133	31.514
Lucro líquido do exercício	12.302	81.531

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

13.2. Movimentação dos investimentos

	Smiles Viagens	Smiles Argentina	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	19.133	31.514	50.647
Resultado de equivalência patrimonial	(4.058)	4.805	747
Variação cambial de conversão de investimento no exterior	(1)	(292)	(293)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15.074	36.027	51.101

	Smiles Viagens	Smiles Argentina	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.560	14.237	22.797
Resultado de equivalência patrimonial	12.302	81.531	93.833
Variação cambial de conversão de investimento no exterior	(64)	(64.254)	(64.318)
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos	(1.665)	-	(1.665)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	19.133	31.514	50.647

14. Imobilizado

		2023							2024		
	Taxa média ponderada (a.a.)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Saldo inicial líquido	Adições	Alteração contratual (c)	Depreciação	Baixas	Saldo final líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada
Equipamentos de voo											
Aeronaves – RoU ^(a) com opção de compra	9,78%	1.366.255	(188.132)	1.178.123	-	-	(101.052)	(1.444)	1.075.627	1.364.811	(289.184)
Aeronaves – RoU ^(a) sem opção de compra	17,48%	8.142.660	(3.227.998)	4.914.662	1.047.668	129.872	(743.029)	(20.944)	5.328.229	9.065.086	(3.736.857)
Peças e motores sobressalentes – próprios	6,99%	2.139.024	(883.467)	1.255.557	298.879	-	(147.687)	(29.350)	1.377.399	2.383.411	(1.006.012)
Peças e motores sobressalentes – RoU ^(a)	31,19%	275.981	(141.381)	134.600	427.513	46.670	(140.324)	(28.649)	439.810	663.508	(223.698)
Benfeitorias em aeronaves e motores ^(d)	43,39%	3.292.620	(2.363.408)	929.212	1.586.461	20.117	(601.209)	(16.962)	1.917.619	4.200.030	(2.282.411)
Ferramentas	10,00%	68.808	(40.288)	28.520	12.077	-	(5.345)	(51)	35.201	80.466	(45.265)
		15.285.348	(6.844.674)	8.440.674	3.372.598	196.659	(1.738.646)	(97.400)	10.173.885	17.757.312	(7.583.427)
Imobilizado de uso											
Veículos	20,00%	12.723	(10.377)	2.346	317	-	(670)	-	1.993	12.919	(10.926)
Máquinas e equipamentos	10,00%	63.519	(52.126)	11.393	1.232	-	(2.043)	(55)	10.527	63.246	(52.719)
Móveis e utensílios	10,00%	33.972	(23.766)	10.206	2.596	-	(2.227)	(100)	10.475	35.593	(25.118)
Computadores, periféricos e equipamentos	19,85%	43.202	(33.870)	9.332	7.421	-	(2.128)	(219)	14.406	42.757	(28.351)
Computadores, periféricos e equipamentos – RoU ^(a)	33,33%	39.939	(32.046)	7.893	-	-	(4.682)	-	3.211	39.939	(36.728)
Benfeitoria em propriedade de terceiros	22,26%	185.930	(181.235)	4.695	674	-	(2.708)	(3)	2.658	186.600	(183.942)
Imóveis de terceiros – RoU ^(a)	14,73%	264.705	(66.598)	198.107	41.120	8.181	(29.934)	-	217.474	314.006	(96.532)
Obras em andamento	-	15.046	-	15.046	21.564	-	-	(473)	36.137	36.137	-
		659.036	(400.018)	259.018	74.924	8.181	(44.392)	(850)	296.881	731.197	(434.316)
Perdas por redução ao valor recuperável ^(b)		(46.377)	-	(46.377)	9.298	-	-	-	(37.079)	(37.079)	-
Total		15.898.007	(7.244.692)	8.653.315	3.456.820	204.840	(1.783.038)	(98.250)	10.433.687	18.451.430	(8.017.743)
Adiantamento a fornecedores		60.907	-	60.907	821.070	-	-	(509.938)	372.039	372.039	-
Total imobilizado		15.958.914	(7.244.692)	8.714.222	4.277.890	204.840	(1.783.038)	(608.188)	10.805.726	18.823.469	(8.017.743)

(a) Right of Use ("RoU") – Direito de uso

(b) Saldo referente a perdas por redução ao valor recuperável para itens *rotables* (peças de reposição), classificados na rubrica de "Peças e motores sobressalentes", constituído pela Companhia de forma que os ativos sejam apresentados pela sua real capacidade de geração de benefício futuro esperado.

(c) Impactos relativos às renegociações contratuais com os arrendadores conforme mencionado na nota explicativa nº 17.

(d) Em 31 de dezembro e 2024, um montante de R\$356.847 referem-se adições decorrentes das trocas de motores nas renegociações ocorridas no exercício. Nota explicativa nº 17.

A Companhia avalia de seus ativos imobilizados pelo método de custo, ou seja, após o reconhecimento inicial, um item do ativo imobilizado é apresentado ao custo menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

		2022							2023		
	Taxa média ponderada (a.a.)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Saldo inicial líquido	Adições	Alteração	Depreciação	Baixas	Saldo final líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada
Equipamentos de voo											
Aeronaves – RoU ⁽¹⁾ com opção de compra	10,68%	1.392.115	(69.869)	1.322.246	14.939	-	(119.487)	(39.575)	1.178.123	1.366.255	(188.132)
Aeronaves – RoU ⁽¹⁾ sem opção de compra	16,34%	8.148.916	(2.827.550)	5.321.366	387.609	(45.274)	(745.348)	(3.691)	4.914.662	8.142.660	(3.227.998)
Peças e motores sobressalentes – próprios ^{(3) (4)}	6,60%	2.188.298	(1.061.674)	1.126.624	458.976	-	(143.105)	(186.938)	1.255.557	2.139.024	(883.467)
Peças e motores sobressalentes – RoU ⁽¹⁾	48,53%	146.188	(91.077)	55.111	136.153	1.068	(53.820)	(3.912)	134.600	275.981	(141.381)
Benfeitorias em aeronaves e motores	40,56%	3.447.803	(2.453.250)	994.553	502.004	(71.677)	(465.628)	(30.040)	929.212	3.292.620	(2.363.408)
Ferramentas	10,00%	63.184	(36.327)	26.857	6.337	-	(4.546)	(128)	28.520	68.808	(40.288)
		15.386.504	(6.539.747)	8.846.757	1.506.018	(115.883)	(1.531.934)	(264.284)	8.440.674	15.285.348	(6.844.674)
Imobilizado de uso											
Veículos	20,00%	11.996	(10.350)	1.646	1.451	-	(751)	-	2.346	12.723	(10.377)
Máquinas e equipamentos	10,00%	62.908	(51.506)	11.402	1.950	-	(1.923)	(36)	11.393	63.519	(52.126)
Móveis e utensílios	10,00%	33.868	(23.549)	10.319	2.046	-	(2.097)	(62)	10.206	33.972	(23.766)
Computadores, periféricos e equipamentos	19,78%	51.949	(42.143)	9.806	4.831	-	(5.257)	(48)	9.332	43.202	(33.870)
Computadores, periféricos e equipamentos – RoU ⁽¹⁾	43,60%	33.518	(25.578)	7.940	6.421	-	(6.468)	-	7.893	39.939	(32.046)
Benfeitoria em propriedade de terceiros	22,35%	185.621	(176.430)	9.191	336	-	(4.832)	-	4.695	185.930	(181.235)
Imóveis de terceiros – RoU ⁽¹⁾	18,11%	254.136	(43.602)	210.534	2.201	8.368	(22.996)	-	198.107	264.705	(66.598)
Obras em andamento		14.453	-	14.453	991	-	-	(398)	15.046	15.046	-
		648.449	(373.158)	275.291	20.227	8.368	(44.324)	(544)	259.018	659.036	(400.018)
Perdas por redução ao valor recuperável ⁽²⁾		(20.488)	-	(20.488)	(25.889)	-	-	-	(46.377)	(46.377)	-
Total		16.014.465	(6.912.905)	9.101.560	1.500.356	(107.515)	(1.576.258)	(264.828)	8.653.315	15.898.007	(7.244.692)
Adiantamento a fornecedores		70.684	-	70.684	(9.777)	-	-	-	60.907	60.907	-
Total imobilizado		16.085.149	(6.912.905)	9.172.244	1.490.579	(107.515)	(1.576.258)	(264.828)	8.714.222	15.958.914	(7.244.692)

14.1. Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível estão apresentadas a seguir:

	Taxa média ponderada (a.a.)	2023						2024		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Saldo inicial líquido	Adições	Baixas	Amortização	Saldo final líquido	Custo histórico	Amortização acumulada
Ágio	-	542.302	-	542.302	-	-	-	542.302	542.302	-
Slots	-	1.038.900	-	1.038.900	-	-	-	1.038.900	1.038.900	-
Softwares	33,93%	626.420	(282.892)	343.528	210.257	(479)	(105.608)	447.698	784.576	(336.878)
Total		2.207.622	(282.892)	1.924.730	210.257	(479)	(105.608)	2.028.900	2.365.778	(336.878)

	Taxa média ponderada (a.a.)	2022						2023		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Saldo inicial líquido	Adições	Baixas	Amortização	Saldo final líquido	Custo histórico	Amortização acumulada
Ágio	-	542.302	-	542.302	-	-	-	542.302	542.302	-
Slots	-	1.038.900	-	1.038.900	-	-	-	1.038.900	1.038.900	-
Softwares	29,32%	562.159	(283.152)	279.007	157.727	(2.244)	(90.963)	343.528	626.421	(282.892)
Total		2.143.361	(283.152)	1.860.209	157.727	(2.244)	(90.963)	1.924.730	2.207.623	(282.892)

Os saldos de ágio e dos direitos de operação em aeroportos (slots) foram submetidos a teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2024 e 2023 por meio do fluxo de caixa descontado para cada unidade geradora de caixa (UGC) de transporte aéreo. A Companhia opera uma única unidade geradora de caixa, considerando que a receita depende de diferentes ativos que não podem ser avaliados isoladamente para mensuração do valor em uso. Em 31 de dezembro de 2024, após a Companhia revisar os principais indicadores e antecedentes observados em 31 de dezembro de 2023, não foram identificados indicativos de desvalorização da unidade geradora de caixa, que exijam a realização de um novo teste de recuperabilidade. Esta revisão considerou a avaliação de fatores internos (capacidade e frota, demanda, receita por passageiro e custos operacionais) e externos (PIB, barril de querosene e taxa de juros).

Para a determinação do valor contábil de cada UGC, a Companhia considera não somente os intangíveis registrados, bem como todos os ativos tangíveis necessários para a condução dos negócios, pois é apenas por meio da utilização deste conjunto que a Companhia obterá geração de benefício econômico.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável dos intangíveis estão de acordo com as projeções internas para o período de cinco anos, baseado no plano inicial de reestruturação apresentado junto ao *Bankruptcy Court*. Para o período após cinco anos aplica-se a extrapolação utilizando uma taxa de crescimento de perpetuidade. O fluxo de caixa descontado que determinou o valor em uso da unidade geradora de caixa foi preparado de acordo com o plano de negócios da Companhia, no contexto do Plano de Reorganização do *Chapter 11*, mencionado na nota explicativa 1.2, e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

As principais premissas consideradas pela Companhia para a determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa são:

- Capacidade e frota: considera a utilização, a capacidade da aeronave utilizada em cada trecho e a projeção de tamanho da frota em operação.
- Demanda: a eficiência de mercado é o principal *input* para a projeção de crescimento da demanda da Companhia. A Administração considera que a eficiência de mercado é a razão entre sua participação no mercado (*market share*) e sua participação na oferta (*seat share*). Este indicador reflete o quão eficientemente a Companhia emprega a sua participação na oferta total do mercado em função de sua captura de demanda por transporte aéreo.
- Receita por passageiro: considera o preço médio praticado pela GLA e considera efeitos de variáveis de mercado (vide variáveis utilizadas abaixo).
- Custos operacionais associados ao negócio: baseados em seu custo histórico e atualizados por indicadores, como inflação, relação com a oferta, demanda e variação da moeda norte-americana.

A Companhia também considerou variáveis de mercado tais como PIB (fonte: Banco Central do Brasil), dólar norte-americano (fonte: Banco Central do Brasil), barril de querosene (fonte: Agência Nacional de Petróleo Brasileira – “ANP”) e taxa de juros (fonte: Bloomberg).

Os quadros a seguir demonstram a sensibilidade de variação do resultado do valor em uso calculado para comparação com o valor contábil em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Valor contábil	5.076.301	4.471.882
Valor em uso	21.004.332	36.537.575
Taxa de desconto	21,63%	17,21%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,60%	3,48%
Teste de sensibilidade		
10% variação		
Valor em uso	18.387.125	30.725.353
Alteração do valor em uso	(2.617.208)	(5.812.222)
25% variação		
Valor em uso	15.452.385	24.193.541
Alteração do valor em uso	(5.551.947)	(12.344.034)

15. Empréstimos e financiamentos

A composição e a movimentação dos empréstimos e financiamentos estão apresentadas a seguir:

			2023										2024		
	Venci- mento	Taxa efetiva de juros a.a.	Circulante	Não circulante	Total	Captações	Transferência da GLA para Gol Finance Luxco	Pagamento de principal	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortizações de custos e ágio	Total	Circulante	Não circulante
Em R\$:															
Debêntures (a)	12/2027	15,92%	347.614	519.431	867.045	-	-	(91.669)	133.943	(134.443)	-	10.242	785.118	170.714	614.404
Capital de giro (b)	07/2028	17,18%	36.632	2.143	38.775	20.647	-	(21.237)	7.866	(3.427)	-	13	42.637	17.657	24.980
Em US\$:															
SBLC (c)	08/2024	8,75%	-	-	-	69.948	-	(69.948)	3.317	(3.317)	-	-	-	-	-
Credit Facility (d)	11/2024	0,00%	92.880	-	92.880	6.811	-	(116.091)	7.665	-	8.735	-	-	-	-
Financiamento de importação (e)	09/2025	14,73%	26.018	-	26.018	-	-	(5.945)	3.431	(3.400)	5.520	-	25.624	25.624	-
Aercap (f)	12/2025	7,50%	-	-	-	282.927	(259.326)	(27.430)	3.393	(3.439)	3.875	-	-	-	-
ACG (g)	10/2029	7,50%	-	-	-	141.154	-	(6.358)	1.631	(1.519)	11.717	-	146.625	19.605	127.020
Total			503.144	521.574	1.024.718	521.487	(259.326)	(338.678)	161.246	(149.545)	29.847	10.255	1.000.004	233.600	766.404

- (a) As debêntures referem-se a: (i) 7ª emissão em 3 séries: 84.500 títulos restantes pela GLA, originalmente em outubro de 2018 com a finalidade de liquidação integral antecipada da 6ª emissão; e (ii) 8ª emissão: 610.217 títulos pela GLA em outubro de 2021 destinada ao refinanciamento de dívida de curto prazo. As debêntures têm garantias fidejussórias da Companhia e garantia real prestada pela GLA na forma de cessão fiduciária de determinados recebíveis de cartão de crédito, com a preservação dos direitos de antecipação dos recebíveis dessas garantias. Ambas as emissões foram repactuadas em julho de 2024, com alteração de prazo, taxa de juros, e modificação de outras obrigações relacionadas. Vide nota explicativa nº 16.1.1.
- (b) Emissão de operações que tem o objetivo de manutenção e gestão de capital de giro da Companhia. Parte das emissões tem garantia atrelada a recebíveis de cartão de crédito. Vide nota explicativa nº 16.1.2.
- (c) O saldo de SBLC (*Stand by Letter of Credit*) refere-se a obrigações relacionadas a seis cartas de crédito com determinados arrendadores e que foram liquidados no mês de agosto/2024.
- (d) Linha de Crédito através do acordo de cooperação estratégica junto a AIR FRANCE -KLM ("AFKL"), com vencimento em 2024.
- (e) Linhas de crédito junto a bancos privados, utilizadas para financiamento de importação de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos. Garantias atreladas a depósitos em CDB. Vide nota explicativa nº 16.1.3.
- (f) Vide nota explicativa nº 16.1.4.
- (g) Vide nota explicativa nº 16.1.5.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

			2022									2023		
	Venci- mento	Taxa efetiva de juros a.a.	Circulante	Não circulante	Total	Captações	Pagamento de principal	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortizações de custos e ágio	Total	Circulante	Não circulante
Em R\$:														
Debêntures (a)	06/2026	17,23%	640.046	431.973	1.072.019	886.000	(1.090.976)	164.954	(165.537)	-	585	867.045	347.614	519.431
Capital de giro (b)	10/2025	17,76%	76.710	39.071	115.781	-	(76.417)	13.345	(13.934)	-	-	38.775	36.632	2.143
Em US\$:														
Financiamento de importação (d)	05/2024	14,28%	77.193	-	77.193	-	(45.361)	8.415	(9.442)	(4.787)	-	26.018	26.018	-
Spare Engine Facility (e)	09/2024	6,00%	30.265	93.963	124.228	-	(115.171)	3.338	(4.686)	(8.057)	348	-	-	-
Credit Facility (g)	11/2024	0,00%	-	-	-	104.377	(13.842)	2.199	-	146	-	92.880	92.880	-
Loan Facility (f)	03/2028	6,71%	27.682	144.182	171.864	-	(159.198)	8.532	(10.191)	(12.274)	1.267	-	-	-
Total			851.896	709.189	1.561.085	990.377	(1.500.965)	200.783	(203.790)	(24.972)	2.200	1.024.718	503.144	521.574

O total de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2024 incluem custos de captação e deságio no importe de R\$36.938 (R\$20.536 em 31 de dezembro de 2023) que são amortizados ao longo da vigência dos respectivos empréstimos e financiamentos.

15.1. Novas captações e renegociações de empréstimos e financiamentos realizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

15.1.1. Debêntures

Em julho de 2024, a GLA realizou a renegociação das debêntures da 7ª e 8ª emissões, com o objetivo de melhorar estrutura de capital através do alongamento dos fluxos de amortização. A renegociação alterou o prazo de vencimento, estendido de junho de 2026 para dezembro de 2027, com taxa de juros ajustada para CDI+5,25%, refletindo as condições de mercado atuais.

15.1.2. Capital de giro

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a GLA concluiu a negociação do valor de R\$20.647, referente a renegociação de operações de risco sacado, em contrato CCB (Cédula de Crédito Bancário) junto ao Banco Rendimento, com vencimento em 24 de julho de 2028.

15.1.3. Financiamento de importação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a GLA concluiu a renegociação dos contratos destas modalidades, com impacto na taxa de juros e vencimento ajustado de julho de 2024 para setembro de 2025. Tais operações fazem parte de uma linha de crédito para financiamento de importações (com o objetivo de manutenção de motores, compra de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos) e capital de giro.

15.1.4. AerCap Ireland Limited Group (AerCap)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e a AerCap assinaram determinados aditivos contratuais que contemplaram a troca de alguns passivos por uma nova dívida, as quais foram transferidas e garantidas por notas promissórias emitidas pela Gol Finance e recebíveis da Companhia. As renegociações incluíram financiamento de manutenção de motores, parcelas de arrendamento, reserva de manutenção, juros e custos de devolução de aeronaves, no valor total de R\$282.927 (equivalente a US\$52,1 milhões), com taxa de juros de 7,5% a.a. e vencimento em 31 de dezembro de 2025 ou três meses após a saída do *Chapter 11*, o que ocorrer primeiro.

15.1.5. Aviation Capital Group - ACG

Em 1º de outubro de 2024, a Companhia assinou com a Aviation Capital Group aditivos contratuais referentes as aeronaves do *lessor*. A negociação contemplou o financiamento pela ACG de 70% e 80% do custo total de manutenção de cada um de seus motores, garantidos por notas promissórias emitidas pela GLA, a uma taxa de 7,5% a.a. e com prazo de 5 anos ou até a data de devolução da aeronave.

15.2. Empréstimos e financiamentos - não circulante

Em 31 de dezembro de 2024, os vencimentos dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante estão apresentados a seguir:

	2026	2027	2028	2029	Total
Contratos em moeda nacional					
Debêntures	318.961	295.443	-	-	614.404
Capital de giro	9.552	9.552	5.876	-	24.980
Contratos em moeda estrangeira					
ACG	25.790	52.007	18.508	30.715	127.020
Total	354.303	357.002	24.384	30.715	766.404

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

15.3. Valor justo

Os valores justos dos empréstimos, em 31 de dezembro de 2024, são conforme segue:

	Contábil ^(a)	Valor justo
Debêntures	785.118	785.118
ACG	146.625	117.518
Demais empréstimos	68.261	68.261
Total	1.000.004	970.897

(a) Valor líquido dos custos de captação.

15.4. Condições contratuais restritivas

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía *covenants* financeiros ativos para os indicadores financeiros previstos nas escrituras da 7ª e 8ª emissões de debêntures. A próxima obrigatoriedade de mensuração será após a saída do *Chapter 11*.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia avaliou as cláusulas de *covenants* dos empréstimos e financiamentos e debêntures de mensuração trimestral. Embora a entrada da Companhia no *Chapter 11* possa ter desencadeado o não cumprimento de certas obrigações, que são inexecutáveis sob o *Bankruptcy Code*, enquanto a Companhia estiver no *Chapter 11* as contrapartes estão proibidas de tomar quaisquer medidas como resultado de tais supostos descumprimentos.

O *Chapter 11*, através da proteção do *Automatic Stay* inerente a este processo, suspende a maioria das ações sobre os devedores, não estando à ordem do credor para que o pagamento da dívida seja solicitado antecipadamente. Assim, a Companhia continua a apresentar suas demonstrações financeiras até 31 de dezembro de 2024, incluindo seus empréstimos de acordo com as condições originalmente acordadas, aguardando futuros acordos que possa firmar com seus credores sob o *Chapter 11*.

16. Arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de arrendamentos a pagar é composto por: (i) R\$6.410 referente a pagamentos variáveis e arrendamentos de curto prazo, os quais se enquadram na isenção prevista no CPC 06 (R2) – Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16 (R\$3.684 em 31 de dezembro de 2023); e (ii) R\$12.096.948 referente ao valor presente nesta data dos pagamentos futuros de arrendamentos (R\$9.437.691 em 31 de dezembro de 2023).

A composição e a movimentação do valor presente dos pagamentos futuros de arrendamentos estão apresentadas a seguir:

		2023											2024		
	Taxa média ponderada (a.a.)	Circulante	Não circulante	Total	Adições	Baixas	Alterações contratuais	Pagamentos	Compensação com depósito	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Total	Circulante	Não circulante
Contratos em moeda nacional															
Com opção de compra	18,93%	5.232	3.784	9.016	-	-	-	(5.234)	-	956	(954)	-	3.784	2.243	1.541
Sem opção de compra	14,13%	23.840	209.587	233.427	41.121	-	8.181	(43.575)	-	26.828	-	-	265.982	15.402	250.580
Contratos em moeda estrangeira															
Com opção de compra	7,18%	118.177	1.018.779	1.136.956	-	-	-	(129.694)	-	89.316	(89.606)	296.396	1.303.368	145.729	1.157.639
Sem opção de compra	14,47%	1.588.709	6.469.583	8.058.292	1.559.018	(148.705)	86.182	(2.341.274)	(123.617)	1.331.004	-	2.102.914	10.523.814	2.176.930	8.346.884
Total		1.735.958	7.701.733	9.437.691	1.600.139	(148.705)	94.363	(2.519.777)	(123.617)	1.448.104	(90.560)	2.399.310	12.096.948	2.340.304	9.756.644

	Taxa média ponderada (a.a.)	2022											2023		
		Circulante	Não circulante	Total	Adições	Baixas	Alterações contratuais	Pagamentos	Compensação com depósitos	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Total	Circulante	Não circulante
Contratos em moeda nacional															
Com opção de compra	18,55%	5.036	3.313	8.349	6.421	-	-	(5.742)	-	1.238	(1.250)	-	9.016	5.232	3.784
Sem opção de compra	11,30%	37.219	221.342	258.561	2.201	-	8.368	(63.597)	-	27.894	-	-	233.427	23.840	209.587
Contratos em moeda estrangeira															
Com opção de compra	7,19%	133.884	1.257.198	1.391.082	15.643	(46.860)	-	(128.018)	-	90.398	(92.657)	(92.632)	1.136.956	118.177	1.018.779
Sem opção de compra	14,30%	1.756.449	7.776.848	9.533.297	574.254	(46.007)	(112.290)	(2.317.084)	(64.935)	1.106.571	-	(615.514)	8.058.292	1.588.709	6.469.583
Total		1.932.588	9.258.701	11.191.289	598.519	(92.867)	(103.922)	(2.514.441)	(64.935)	1.226.101	(93.907)	(708.146)	9.437.691	1.735.958	7.701.733

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu diretamente no custo dos serviços prestados, o montante de R\$1.394 e R\$37.144 (R\$17.230 e R\$98.902, respectivamente, referente a arrendamentos de curto prazo e pagamentos variáveis em 31 de dezembro de 2023).

No contexto das operações das aeronaves cargueiras dedicadas, a Companhia auferiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, receita de subarrendamento no montante de R\$71.374(R\$45.639 em 31 de dezembro de 2023).

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento estão detalhados a seguir:

	2024	2023
2024	-	2.853.542
2025	3.824.283	2.150.980
2026	2.731.380	1.857.786
2027	2.511.334	1.683.326
2028	1.981.263	1.291.683
2029	1.810.887	1.158.199
Após 2030	7.488.017	4.531.559
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	20.347.164	15.527.075
Menos total de juros	(8.243.806)	(6.085.700)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	12.103.358	9.441.375
Menos parcela do circulante	(2.346.714)	(1.739.642)
Parcela do não circulante	9.756.644	7.701.733

Em junho de 2024, a Companhia iniciou o processo de assinatura dos aditivos contratuais com arrendadores de aeronaves, cujas renegociações foram aprovadas no processo de *Chapter 11*.

As renegociações envolveram a troca de 11 motores entre a Carlyle Aviation Management Limited ("Carlyle") e WWTAI Airopco II Designated Activity Company ("WWTAI") resultando no encerramento desses contratos de arrendamentos dos motores da WWTAI e gerando impactos contábeis em ativo de direito de uso, passivo de arrendamento, depósito de garantia e reserva de manutenção. Em relação a Carlyle, como não houve alteração das condições originais dos contratos de arrendamentos, não há impactos contábeis exceto os referentes aos custos para trazer os motores às condições de uso decorrentes das trocas realizadas. Tais custos foram capitalizados como benfeitoria em aeronaves e motores e serão pagos em 36 parcelas considerando juros de 7,5% a.a.

Com o arrendador AerCap Holdings N.V. ("AerCap"), as renegociações envolveram 25 aeronaves, resultando na alteração dos fluxos de pagamentos de arrendamentos e consequentemente tiveram os impactos contábeis remensurados conforme CPC 06 (R2) - Arrendamentos (equivalentes ao IFRS 16). Além dos fluxos de pagamentos de arrendamentos, houve a troca de passivos antes registrados como arrendamentos, reserva de manutenção, custos de devolução, juros e financiamento de manutenção de motores na qual foram submetidos a análise de *Debt Modification* e tiveram a constituição de financiamento de dívida conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao IFRS 9), conforme nota explicativa nº 16.1.4. Adicionalmente, houve constituição de passivo não garantido, principalmente referente a garantias para devolução sendo parte já liquidados com saldos de depósitos de garantia, reserva de manutenção e depósito de manutenção.

Durante o quarto trimestre de 2024, a Companhia assinou os aditivos contratuais de 13 aeronaves com SMBC Aviation Capital Limited ("SMBC") e Castllake L.P. ("Castllake"), envolvendo extensão contratual, alteração e redução nos fluxos de pagamentos de arrendamentos, constituição de garantias, financiamento de manutenção de motores, além da constituição de passivo não garantido referente a reserva de manutenção, leasing e juros a serem tratados ao final do processo de *Chapter 11*.

As renegociações com a Aviation Capital Group LLC ("ACG") envolveram redução de aluguel das 5 aeronaves arrendadas na qual serão negociados e constituídos posteriormente como passivo não garantido. Adicionalmente, houve constituição de passivo não garantido referente a juros por atraso de pagamento, aplicação de *security deposit* em dívidas de arrendamento e financiamento de manutenção de motores, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.1.5.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou devoluções e rejeições de arrendamento de 10 motores e 8 aeronaves, impactando ativo de direito de uso, passivo de arrendamento, depósito de garantia de arrendamento, reserva de manutenção, garantias para devolução e constituição de passivo não garantido referente aos custos de devolução e parcelas de arrendamento vencidas, a serem tratados ao final do processo de *Chapter 11*.

16.1. Transações de *sale-leaseback*

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou 14 operações de *sale-leaseback* (4 conjuntos *Quick Engine Changes* instalados em motores, 2 motores e 8 aeronaves) e apurou uma perda de R\$54.485 (durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, realizou 18 operações de *sale-leaseback* (12 motores e 6 aeronaves) e apurou um ganho líquido de R\$158.666).

Adicionalmente, nesse mesmo período, a Companhia atualizou outras 6 operações de *sale-leaseback* (5 aeronaves e 1 motor) realizadas em 2022 e 2023 em função de recebimentos de cartas de crédito e cláusula de extensão automática e apurou uma perda de R\$238. Todo impacto foi reconhecido no resultado, na rubrica de "Transações de *sale-leaseback*", no grupo de "Outras receitas e despesas operacionais, líquidas", vide nota explicativa nº 31.

16.2. Crédito de PIS e COFINS

A Companhia possui direito a crédito de PIS e COFINS referente contratos de arrendamento firmados com fornecedores nacionais pessoa jurídica, na ocorrência de seus pagamentos. Apresentamos, abaixo, os valores potenciais desses impostos em 31 de dezembro de 2024:

	Valor Nominal	Ajustado a Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	516.232	245.659
PIS e COFINS potencial (9,25%)	47.751	22.723

17. Fornecedores

	2024	2023
Moeda nacional	1.632.881	1.427.848
Moeda estrangeira	549.768	289.307
Total	2.182.649	1.717.155
Circulante	2.182.649	1.712.219
Não circulante	-	4.936

18. Obrigações Trabalhistas

	2024	2023
Parcelamento - INSS	98.525	221.073
Salários e ordenados	78.825	70.701
Férias e 13º Salário	174.132	153.599
Encargos Sobre Férias e 13º Salário	61.558	54.377
Participação nos resultados	192.331	127.343
Outras obrigações trabalhistas	21.637	18.671
Total Circulante	627.008	645.764
Parcelamento - INSS	198.463	495.968
Total Não Circulante	198.463	495.968
Total Obrigações Trabalhistas	825.471	1.141.732
Circulante	627.008	645.764
Não circulante	198.463	495.968

18.1. Movimentação dos parcelamentos

Saldos em 31 de dezembro de 2022	476.289
Adições	258.299
Juros e multa	133.204
Pagamentos	(150.751)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	717.041
Saldos em 31 de dezembro de 2023	717.041
Adições	13.922
Juros e multa	55.047
Pagamentos	(192.645)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	593.365
Redução ref. adesão à Transação Tributária, líquida de adições	(296.377)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	296.988

19. Impostos a recolher

	2024	2023
PIS e COFINS	3.214	3.478
Parcelamentos Estaduais	239	864
Parcelamentos Federais	691.152	460.656
IRRF sobre salários	54.068	51.803
ICMS	1.158	1.206
IRPJ e CSLL a recolher	168	8.543
Outros	8.173	6.089
Total	758.172	532.639
Circulante	136.135	194.088
Não circulante	622.037	338.551

19.1. Movimentação dos parcelamentos federais

Saldos em 31 de dezembro de 2022	340.348
Adições	130.108
Juros e multa	91.546
Pagamentos	(101.346)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	460.656
Saldos em 31 de dezembro de 2023	460.656
Adições	30.067
Juros e multa	52.152
Pagamentos	(132.557)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	410.318
Adesão à Transação Tributária	280.834
Saldos em 31 de dezembro de 2024	691.152

19.2. Adesão à Transação Tributária

Em 30 de dezembro de 2024, a Companhia firmou o Termo de Transação Individual (“Acordo”), com fundamento no art. 171 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, na Lei 13.988, de 14 de abril de 2020, na Portaria PGFN nº 6.757, de 04 de agosto de 2022 e na Portaria RFB nº 247, de 18 de novembro de 2022, encerrando disputas judiciais e administrativas sobre temas do contencioso tributário federal, classificados como provável, possível e remoto, além da revisão dos parcelamentos existentes de INSS, PIS/COFINS, IRPJ/CSLL junto à RFB e parcelamento de taxas e tarifas junto ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA.

O Termo de Transação individual prevê um desconto de 65% sobre os acréscimos legais (multa, juros e encargos) e a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para liquidação de até 70% do saldo devedor após os descontos aplicados nas multas, juros e encargos legais.

O valor total dos débitos renegociados é de R\$5.923.250, resultando em um saldo a pagar líquido de R\$1.605.904, sendo R\$248.079 de débitos previdenciários, em 60 parcelas e R\$691.152 de débitos não previdenciários e R\$666.673 de débitos junto ao DECEA, ambos em 120 parcelas. Em função da consolidação da Transação Tributária estar em curso, tais valores sofrerão alterações ao longo dos próximos períodos.

A seguir a movimentação do passivo referente ao Acordo de Transação Tributária:

Débitos anteriores ao Acordo:	
Contingência tributária provável	251.808
Parcelamentos previdenciários	544.456
Parcelamentos demais impostos federais	410.318
DECEA	666.673
Demais débitos	36.014
Saldo total de débitos anteriores ao Acordo	1.909.269
Provisão adicional ref. adesão	4.013.981
Saldo total da adesão à Transação Tributária	5.923.250
Descontos de encargos financeiros	(2.384.961)
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa	(1.932.385)
Saldo a pagar em 31 de dezembro de 2024	1.605.904

Os efeitos da transação no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 são como segue:

Classificados em:	
Despesa tributária	1.060.020
Resultado financeiro	56.215
Imposto de renda e contribuição social	(1.456.489)
Ganho líquido	(340.254)

20. Taxas e tarifas aeroportuárias

	2024	2023
Programa de parcelamento federal ^(a)	666.673	719.826
Tarifas aeroportuárias	473.075	497.106
Taxa de embarque	534.248	391.862
Outras taxas	31.308	15.648
Total	1.705.304	1.624.442
Circulante	1.105.298	1.018.915
Não circulante	600.006	605.527

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou o reparcimento com o DECEA, conforme nota explicativa nº 20.2.

21. Transportes a executar

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de transportes a executar classificado no passivo circulante era de R\$3.381.167 (R\$3.130.724 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por 6.816.805 cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados (9.014.774 em 31 de dezembro de 2023) com prazo médio de utilização de 62 dias (61 dias em 31 de dezembro de 2023).

Os saldos de transportes a executar são apresentados líquidos do *breakage*, cujo saldo corresponde a R\$638.343 em 31 de dezembro de 2024 (R\$443.444 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui reembolsos a pagar referentes a transportes não executados no montante de R\$1.753 (R\$11.492 em 31 de dezembro de 2023), registrados como Outras obrigações no passivo circulante.

22. Programa de milhagem

	2024	2023
Programa de milhas	2.952.327	2.615.750
<i>Breakage</i>	(897.746)	(721.370)
Total	2.054.581	1.894.380
Circulante	1.896.267	1.655.171
Não circulante	158.314	239.209

O *breakage* consiste na estimativa de milhas que apresentam alto potencial de expiração devido à sua expectativa de não utilização. O CPC 47, equivalente ao IFRS 15, prevê o reconhecimento da receita pela estimativa (*breakage*) ao longo do período contratual, portanto, antes do resgate das milhas, haja visto que este não é esperado antes da expiração.

O cálculo é realizado com base no comportamento histórico de consumo de milhas dos clientes Smiles, e, através de análise estatística, a Companhia realiza a projeção de resgate e a taxa de não utilização das milhas pelos clientes e reconhece a receita de *breakage* correspondente.

23. Provisões

	Benefício pós-emprego	Devolução de aeronaves e motores	Processos judiciais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	170.584	2.388.709	858.509	3.417.802
Constituição (reversão) de provisão	-	994.544	676.387	1.670.931
Provisões utilizadas ^(a)	(1.780)	(703.107)	(685.218)	(1.390.105)
Alteração de premissas	28.965	-	-	28.965
Ajuste a valor presente	(49.534)	278.415	-	228.881
Variação monetária e cambial	-	679.996	28.689	708.685
Saldos em 31 de dezembro de 2024	148.235	3.638.557	878.367	4.665.159
Saldos em 31 de dezembro de 2022	113.397	2.601.195	814.888	3.529.480
Constituição (reversão) de provisão	9.860	519.673	475.854	1.005.387
Provisões utilizadas	(556)	(637.067)	(440.258)	(1.077.881)
Alteração de premissas	32.950	-	-	32.950
Experiência do plano	1.553	-	-	1.553
Ajuste a valor presente	13.380	93.190	-	106.570
Variação monetária e cambial	-	(188.282)	8.025	(180.257)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	170.584	2.388.709	858.509	3.417.802
Em 31 de dezembro de 2024				
Circulante	-	1.102.249	-	1.102.249
Não circulante	148.235	2.536.308	878.367	3.562.910
Total	148.235	3.638.557	878.367	4.665.159
Em 31 de dezembro de 2023				
Circulante	-	737.636	-	737.636
Não circulante	170.584	1.651.073	858.509	2.680.166
Total	170.584	2.388.709	858.509	3.417.802

(a) As provisões utilizadas consideram: (i) processos judiciais - movimentações relativas as liquidações e reversões de processos judiciais constituídos e; (ii) devolução de aeronaves e motores - movimentações relacionadas às reversões de devoluções de aeronaves e motores aos arrendadores no exercício.

23.1. Benefício pós-emprego

A Companhia oferece aos seus colaboradores planos de assistência médica que em decorrência da observação da legislação vigente gera obrigações com benefícios pós-emprego.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apurou perda de experiência decorrente no aumento do subsídio da GOL aos ativos e aumento dos custos médicos em 2024 acima do esperado, conforme as hipóteses atuariais. Os montantes referentes a alteração da taxa de desconto e experiência do plano foram contabilizados em outros resultados abrangentes.

As premissas atuariais aplicadas na mensuração do benefício pós-emprego estão apresentadas a seguir:

Premissas atuariais	2024	2023
Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
Taxa nominal de desconto a.a.	12,02%	9,71%
Taxa real de desconto a.a.	7,45%	5,49%
Taxa de inflação estimada no longo prazo a.a.	4,25%	4,00%
HCCTR - Taxa de Inflação Médica nominal a.a.	7,64%	7,38%
HCCTR - Taxa de Inflação Médica real a.a.	3,25%	3,25%
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Média ponderada de premissas para determinar o custo (receita) do benefício definido		
Taxa nominal de desconto	9,71%	11,84%
Taxa real de desconto a.a.	5,49%	5,48%
Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,00%	5,33%
HCCTR - Taxa de Inflação Médica nominal a.a.	7,38%	8,75%
HCCTR - Taxa de Inflação Médica real a.a.	3,25%	3,25%
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%

23.2. Provisões para devolução de aeronaves e motores

Tais provisões consideram os custos que atendem as condições contratuais de devolução de aeronaves e motores arrendados sem opção de compra, bem como para os custos a incorrer de reconfiguração de aeronaves, quando da sua devolução, conforme condições estabelecidas nos contratos de arrendamento. A constituição inicial é registrada em contrapartida ao imobilizado, na rubrica de “Benfeitorias em aeronaves e motores”.

A Companhia possui ainda provisão de devolução de aeronaves e motores registrada em contrapartida do custo dos serviços prestados, considerando as condições atuais das aeronaves e motores e a previsão de utilização até a efetiva devolução. As referidas provisões são mensuradas a valor presente e serão desembolsadas até a devolução das aeronaves e motores.

23.3. Processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia está envolvida em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com o CPC 25 - “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”, equivalente ao IAS 37, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Perda provável		Perda possível	
	2024	2023	2024	2023
Cíveis	392.042	169.291	128.239	69.923
Trabalhistas	486.325	442.768	288.996	162.216
Tributários	-	246.450	86.817	1.404.229
Total	878.367	858.509	504.052	1.636.368

As provisões são revisadas com base na evolução dos processos e no histórico de perdas através da melhor estimativa corrente.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20.2, a Companhia celebrou Acordo de Transação Tributária em 30 de dezembro de 2024 com a finalidade de encerrar os processos tributários federais que estavam em andamento. Os processos de natureza tributária apresentados abaixo foram avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo relevantes e de risco possível em 31 de dezembro de 2024:

- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), montante de R\$39.844 (R\$37.332 em 31 de dezembro de 2023) decorrentes de Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de São Paulo contra a Companhia, no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2010, referente a uma possível incidência de ISS sobre contratos celebrados com parceiros. A classificação de risco possível decorre do fato de que as matérias em discussão são interpretativas, além de envolverem discussões de matérias fático-probatórias, bem como por não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores.

Existem outros processos de natureza tributária avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$46.973 (R\$236.751 em 31 de dezembro de 2023) que somados com os processos acima totalizam o montante de R\$86.817 em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.405.540 em 31 de dezembro de 2023).

As ações de natureza cível são relacionadas principalmente às ações indenizatórias em geral relacionadas a atrasos e cancelamentos de voos, extravios e danos a bagagens. No quarto trimestre de 2024, a Companhia realizou a revisão da metodologia de reconhecimento de provisões para contingências do cível consumerista, passando a considerar a curva histórica das perdas de acordo com a natureza dos processos, baseada em dados internos de avaliação jurídica e de assessores externos. Tal aprimoramento representa maior assertividade e tempestividade do comportamento e tempo médio de atuação do judiciário relacionados a tais processos. O impacto pontual desse aprimoramento no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$195.843.

As ações de natureza trabalhista consistem, essencialmente, em temas relacionados a horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e diferenças salariais.

24. Obrigações com arrendadores

	2024	2023*
Custos com devolução e outros	308.787	269.895
<i>Unsecured claim (a)</i>	408.237	-
Financiamento de manutenção (b)	389.924	-
Total	1.106.948	269.895
Circulante	801.011	181.669
Não circulante	305.937	88.226

(*) O saldo de custos com devolução e outros estavam apresentados na rubrica "Fornecedores" na demonstração financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

- (a) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía R\$408.237 de obrigações não garantidas oriundas das renegociações e rejeições com os arrendadores de aeronaves no processo do *Chapter 11* e que não possuem prioridade sob o *Bankruptcy Code*. Dadas as características das reclamações não garantidas, essas obrigações são excluídas dos fluxos de pagamento e representam valores que serão liquidadas quando a Companhia sair do *Chapter 11*.

- (b) Em 2024, a Companhia assinou os aditivos contratuais com SMBC e Fortress/Carlyle envolvendo o financiamento de parte do custo total de manutenção de 19 motores, com prazo de pagamento em 5 anos ou até a data de devolução da aeronave, sem garantias. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo a pagar era de R\$389.924, sendo o valor justo de R\$378.173.

	2024
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2024	-
Captação	573.822
Juros	11.717
Pagamento de principal	(199.310)
Pagamento de juros	(10.283)
Variação Cambial	13.978
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	389.924

25. Patrimônio líquido

25.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e totalmente integralizado pelos acionistas era de R\$6.947.111 (R\$6.947.111 em 31 de dezembro de 2023), correspondente a 4.198.483.614 ações, sendo 3.480.216.892 ações ordinárias e 718.266.722 ações preferenciais (3.480.216.892 ações ordinárias e 718.266.722 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2023).

26. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do período e a média ponderada das ações em circulação. Devido à inexistência de títulos com potencial de diluição, não existem diferenças entre os resultados básico e diluído por ação.

	2024			2023		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(5.357.422)	(1.105.695)	(6.463.117)	1.138.075	234.882	1.372.957
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação (em milhares)	3.480.217	718.267		3.480.217	718.267	
Média ponderada ajustada de ações em circulação e conversões presumidas diluída (em milhares)	3.480.217	718.267		3.480.217	718.267	
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação	(1,539)	(1,539)		0,327	0,327	

27. Transações com partes relacionadas

27.1. Créditos e obrigações com partes relacionadas - ativo e passivo

Credor	Devedor	Tipo de operação	Taxa a.a.	Saldos	
				2024	2023
GLA	Smiles Argentina	Repasse	-	5.591	3.714
GLA	GAC	Mútuo	4,62%	174.055	134.944
GLA	GLAI	Mútuo	2,94%	3.361	3.333
Créditos com empresas relacionadas				183.007	141.991
GLAI	GLA	Mútuo	2,94%	(501.970)	(626.230)
GAC	GLA	Mútuo	3,20%	(3.856.048)	(1.067.016)
Gol Finance	GLA	Mútuo	2,99%	(9.709.434)	(5.888.008)
Smiles Argentina	GLA	Repasse	-	(17.519)	(20.702)
Obrigações com empresas relacionadas				(14.084.971)	(7.601.956)
Total				(13.901.964)	(7.459.965)

Os saldos com a Smiles Argentina, relativos a contas a receber e adiantamento a fornecedores estão divulgados na nota explicativa correspondente.

27.2. Serviços de transporte e de consultoria

No decorrer de suas operações, a Companhia, por si e por meio de suas subsidiárias celebrou contratos com as empresas listadas a seguir, que são de propriedade dos principais acionistas da Companhia:

Expresso Caxiense S.A.: Prestação de serviços de transporte de passageiros na ocorrência de voo interrompido, com vigência até janeiro de 2025; e

Viação Piracicabana S.A.: Prestação de serviços de transporte de passageiros, bagagens, tripulantes e colaboradores entre aeroportos, com vigência até setembro de 2026.

Aller Participações S.A.: Prestação de Serviços de regulamentação da aquisição dos serviços de transporte aéreo de cargas, prestados nos voos regulares ou de congêneres ou em aeronaves, especialmente fretadas, com vigência indeterminada.

Limmat Participações S.A.: Prestação de Serviços de regulamentação da aquisição dos serviços de transporte aéreo de cargas, prestados nos voos regulares ou de congêneres ou em aeronaves, especialmente fretadas, com vigência indeterminada.

Em 31 de dezembro de 2024 a companhia reconheceu uma despesa total referente a esses serviços de R\$55 (R\$2.564 em 31 de dezembro de 2023). Na mesma data, não há saldo a ser pago na rubrica de fornecedores às empresas ligadas (R\$55 em 31 de dezembro de 2023).

27.3. Contratos de abertura de conta UATP (“Universal Air Transportation Plan”) com concessão de limite de crédito

A Companhia celebrou contratos de abertura de conta UATP com as partes relacionadas indicadas a seguir: Aller Participações S.A.; BR Mobilidade Baixada Santista S.A.; Comporte Participações S.A. (“Comporte”); Empresa Cruz de Transportes Ltda.; Empresa Princesa do Norte S.A.; Expresso Itamarati S.A.; Expresso Maringá do Vale S.A.; Expresso União Ltda.; Glarus Serviços Tecnologia e Participações S.A.; Limmatt Participações S.A.; Quality Bus Comércio de Veículos S.A.; Super Quadra Empreendimentos Imobiliários S.A.; Thurgau Participações S.A.; Transporte Coletivo Cidade Canção Ltda.; Turb Transporte Urbano S.A.; Vaud Participações S.A.; e Viação Piracicabana Ltda.; com prazo indeterminado, cuja finalidade é a emissão de créditos para a compra de passagens aéreas emitidas pela GOL. A conta UATP (cartão virtual) é aceita como meio de pagamento na compra de passagens aéreas e serviços relacionados, buscando simplificar o faturamento e viabilizar o pagamento entre as companhias participantes.

Esses contratos foram celebrados em condições negociadas entre as partes, em linha com as que prevalecem em transações que a Companhia contrataria com terceiros. As empresas indicadas acima são de propriedade dos principais acionista da GOL.

27.4. Acordo de parceria comercial de transporte multimodal

A Companhia celebrou um Acordo de parceria comercial com empresas União Transporte de Encomendas e Comércio de Veículos Ltda., que incorporou a Cruz Encomendas Rodoviárias Ltda., Itamarati Express Transporte de Cargas e Encomendas Ltda., (em conjunto, “Grupo Comporte”), e Tex Transporte de Encomendas Expressas Ltda., cuja finalidade é a prestação de serviços de transporte multimodal, incluindo o transporte rodoviário de cargas pelas parceiras e os serviços de transporte aéreo pela Companhia. Para a consecução do Acordo a Companhia celebrou com cada uma das empresas um Contrato de prestação de serviços de transportes multimodal. As partes serão remuneradas pelo valor do serviço relativo ao trecho operado por cada parte, mediante emissão do respectivo CTe, de acordo com os valores estabelecidos nas tabelas de preços praticados por cada Parte.

Esses contratos foram celebrados em condições negociadas entre as partes, em linha com as que prevalecem em transações que a Companhia contrataria com terceiros. As empresas indicadas acima são de propriedade dos principais acionista da GOL.

27.5. Acordo de parceria comercial Pagol Participações Societárias Ltda. (“Pagol”)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia firmou três contratos com a parte relacionada Pagol Participações Societárias Ltda (“Pagol”).

Em janeiro de 2022, celebrou com a Pagol Participações Societárias Ltda. (“Pagol”) Acordo Comercial para divulgação dos produtos financeiros ofertados pela Pagol para os clientes, fornecedores e seus colaboradores. Este Acordo tem vigência de 10 anos e sua implementação depende de condições precedentes estabelecidas em contrato, com a possibilidade da Companhia receber uma receita de comissão, a ser negociada entre as partes, de acordo com os produtos ofertados. Posteriormente, em 04 de abril de 2023, as Partes incluíram a Pagol Sociedade de Crédito Direto S.A. como parte no Acordo.

Em agosto de 2022 no âmbito do acordo comercial, firmou um convênio para Intermediação de Operações de Cessão de Crédito, que possibilita que os fornecedores da companhia antecipem seus recebíveis com a Pagol Fundo de Investimento em Direito Creditórios. Ainda no âmbito do acordo comercial, em maio de 2023, a Companhia firmou o Termo de Convênio para Concessão de Crédito Consignado Privado com a Pagol Sociedade de Crédito Direto S.A., com o intuito de conceder empréstimo(s) e financiamento(s), aos seus funcionários.

Ainda em 2022, no mês de novembro firmou um acordo para a adesão da Pagol Sociedade de Crédito S.A. ("Pagol SCD") ao Programa Smiles, para aquisição e concessão dos direitos de resgates substanciados nas milhas Smiles aos seus clientes, como forma de incentivo à aquisição dos produtos/serviços oferecidos pela Pagol SCD. O valor será pago pela Pagol SCD, mensalmente, correspondente as milhas adquiridas no período. Em outubro de 2023, as partes firmaram o 3º aditivo ao contrato, incluindo a Pagol como parceira, bem como a Smiles Fidelidade. Em fevereiro de 2024, as Partes firmaram o 6º aditivo com objetivo de prorrogar a vigência até janeiro de 2025. Em 30 de setembro de 2024, a GOL realizou transações deste acordo no montante total de R\$149.211, tendo R\$14.419 registrados no grupo de contas a receber nesta data.

Em junho de 2023, firmou Contrato Operacional de Resgate com a Pagol SCD, que tem por finalidade a disponibilização de créditos da Pagol para realização de resgates, por meio de sistema de resgate de milhas Smiles do programa Smiles. Ainda nesse sentido, em dezembro de 2023, a Companhia firmou Termo de Parceria com a Pagol SCD pelo qual concederá aos colaboradores da Pagol SCD um incentivo na aquisição de milhas da Companhia.

E em novembro de 2024, a Companhia firmou com a Empresas de Transporte de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios o Contrato de Cessão e Aquisição sem Coobrigação de Direitos de Crédito e Outras Avenças, para a cessão dos seus direitos de créditos originados da prestação de serviços de transporte aéreo de passageiros regular a seus clientes e terceiros.

Esses contratos foram celebrados em condições negociadas entre as partes, em linha com as que prevalecem em transações que a Companhia contrataria com terceiros. A empresa indicada acima é de propriedade dos principais acionistas da GOL.

27.6. Acordo de parceria comercial Comporte

Em dezembro de 2022, a Companhia firmou um acordo com a parte relacionada Comporte Participações S.A, cujo objeto é a venda antecipada de milhas Smiles para a Comporte ofertar a seus clientes direta ou indiretamente.

O contrato firmou a venda antecipada de milhas Smiles no valor de R\$70.000 que foram pagos em dezembro de 2022 e consumidos integralmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Este Acordo tem vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura ou quando o lote de Milhas Smiles adquiridas se acabarem, o que ocorre primeiro, podendo o prazo ser prorrogado mediante mútuo acordo entre as Partes. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não realizou transações referentes a esses serviços.

Esse contrato foi celebrado em condições negociadas entre as partes, em linha com as que prevalecem em transações que a Companhia contrataria com terceiros. A empresa indicada acima é de propriedade dos principais acionistas da GOL.

27.7. Garantidor/Fiador em Contrato de Locação – AAP Administração Patrimonial S.A

Em dezembro de 2023 a AAP Administração Patrimonial S.A. atuou como garantidora da Companhia no Instrumento Particular de Contrato Atípico de Locação celebrado pela Companhia e o Mais Shopping Fundo de Investimento Imobiliário para a instalação de uma agência para venda de passagens aéreas e pacote de viagens, com prazo de vigência de 48 (quarenta e oito) meses, a partir de 30 de novembro de 2023 e término em 29 de novembro de 2027.

Esse contrato foi celebrado em condições negociadas entre as partes, em linha com as que prevalecem em transações que a Companhia contrataria com terceiros. A empresa indicada acima é de propriedade dos principais acionistas da GOL.

27.8. Acordos com a Avianca

No contexto da formação da Abra, a Aerovias del Continente Americano S.A. (“Avianca”) tornou-se uma parte relacionada. A Companhia possui os seguintes contratos com as empresas do grupo Avianca: (i) Codeshare Agreement, assinado em outubro de 2019, para compartilhamento de seus códigos aéreos de forma a expandir a oferta de tráfego aéreo entre as empresas negociantes aos seus clientes; (ii) Frequent Flyer and Loyalty Program Participation Agreement, firmado em julho de 2020, para participação mútua do Programa de Fidelidade – Smiles e LifeMiles; (iii) Special Prorate Agreement, renovado anualmente, tendo o último celebrado em 17 de abril de 2024, para definir metodologias de rateio para fins de compartilhamento de receita entre as companhias aéreas; (iv) Reciprocal Lounge Access Agreement, assinado em setembro de 2023, para compartilhamento de acesso ao lounge de seus clientes; (v) Participation Agreement, celebrado em 01 de dezembro de 2023 para participação em programa de milhagem, e (vi) Special Passenger Protection Agreement, celebrado em 15 de outubro de 2024, uma parceria para a proteção dos passageiros.

Esses Contratos foram celebrados em condições negociadas entre as partes, em linha com as que prevalecem em acordos que a Companhia firmaria com outras companhias aéreas.

27.9. Remuneração do pessoal-chave da Administração

	2024	2023
Salários, bônus e benefícios	37.226	41.460
Remuneração baseada em ações	5.038	18.144
Encargos sociais	14.832	11.452
Total	57.096	71.056

(a) Inclui remuneração de membros da administração e comitê de auditoria.

27.10. Remuneração baseada em ações

Por meio de sua controladora GLAI, é realizada a concessão de remuneração adicional a seus administradores através de outorgas dos planos de opções e ações restritas. Ambos visam estimular e promover o alinhamento dos objetivos da Companhia, dos administradores e empregados, mitigar os riscos na geração de valor da Companhia e fortalecer o comprometimento e produtividade destes executivos nos resultados de longo prazo. Os instrumentos patrimoniais concedidos aos beneficiários das outorgas são emitidos pela GLAI e os valores apurados são registrados pela Companhia na rubrica de despesas com pessoal. As despesas dos planos apropriadas correspondem a R\$7.834 em 31 de dezembro de 2024 (R\$8.177 em 31 de dezembro de 2023).

28. Receita de vendas

	2024	2023
Transporte de passageiros ^(a)	17.273.100	17.254.020
Transporte de cargas	1.271.497	964.240
Receita de milhas	569.703	444.054
Outras receitas	128.859	97.366
Receita bruta	19.243.159	18.759.680
Impostos incidentes ^(b)	(199.795)	(151.747)
Receita líquida	19.043.364	18.607.933

- (a) Do montante total, o valor de R\$499.666 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é composto por receitas de não comparecimento de passageiros, remarcação, cancelamento de passagens (R\$377.829 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023).
- (b) As alíquotas do PIS e da Cofins sobre as receitas decorrentes da atividade de transporte aéreo regular de passageiros, auferidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram reduzidas a 0 (zero), conforme Medida Provisória 1.147/2022 convertida na Lei 14.592/2023.

A receita por localidade geográfica é como segue:

	2024	%	2023	%
Doméstico	15.933.058	83,7	16.215.071	87,1
Internacional	3.110.306	16,3	2.392.862	12,9
Receita líquida	19.043.364	100,0	18.607.933	100,0

29. Custos e despesas por natureza

	2024	2023
Custos dos serviços prestados		
Pessoal	(1.829.310)	(1.706.849)
Combustíveis e lubrificantes	(5.329.103)	(5.950.351)
Material de manutenção e reparo	(1.910.543)	(1.364.612)
Gastos com passageiros	(812.667)	(811.703)
Prestação de serviços	(322.104)	(240.700)
Tarifas de pouso e decolagem	(1.006.986)	(901.156)
Depreciação e amortização	(1.736.578)	(1.533.891)
Outros custos operacionais	(437.268)	(469.393)
Total custos dos serviços prestados	(13.384.559)	(12.978.655)
Despesas comerciais		
Pessoal	(45.342)	(42.592)
Prestação de serviços	(264.517)	(227.892)
Comerciais e publicidade	(935.348)	(891.221)
Outras despesas comerciais	(60.159)	(69.435)
Total despesas comerciais	(1.305.366)	(1.231.140)
Despesas administrativas		
Pessoal ^(a)	(1.078.188)	(757.433)
Prestação de serviços	(651.327)	(637.542)
Depreciação e amortização	(152.068)	(133.330)
Transação tributária	(1.037.077)	-
Condenações em processos	(270.472)	(189.150)
Provisão para perdas	(94.083)	-
Despesas de hospedagem	(79.953)	(76.609)
Seguros em geral	(17.020)	(12.477)
Outras despesas administrativas	(412.085)	(138.850)
Total despesas administrativas	(3.792.273)	(1.945.391)
Total	(18.482.198)	(16.155.186)

(a) A Companhia reconhece as despesas com o Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal na rubrica de "Pessoal".

30. Outras receitas e despesas operacionais

	2024	2023
Despesas com reestruturação		
Renegociações com arrendadores de aeronaves	32.879	-
Serviços de consultoria e assessoria	(112.024)	-
Total despesas com reestruturação ^(a)	(79.145)	-
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		
Transações de <i>sale-leaseback</i> ^(b)	(54.723)	158.666
Indenização de terceiros ^(c)	-	209.836
Recuperação de tributos pagos	6.933	93.697
Custo de baixa de ativo imobilizado	58.925	(115.615)
Provisão para perdas ativo permanente	9.298	(25.887)
Bônus e recall de peças aeronáuticas	27.511	24.149
Recuperação de despesas	37.444	52.297
Outras receitas (despesas) operacionais ^(d)	(81.043)	238.019
Total outras receitas operacionais, líquidas	4.345	635.162
Total	(74.800)	635.162

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito na nota explicativa nº 1.2, a Companhia incorreu em despesas corporativas gerais e custos relacionados ao processo de reestruturação do *Chapter 11*.
- (b) Transações de *sale-leaseback* - Vide nota explicativa nº 17.1.
- (c) Refere-se a indenização recebida num processo de arbitragem perante a Corte Internacional de Arbitragem contra os vendedores da VRG e seus acionistas controladores relacionada à ajuste de preço de compra, liquidado em junho de 2023, no total de US\$42.000, equivalente a R\$204.330 na data do recebimento.
- (d) Inclui como parte o impacto relativo as renegociações das operações com arrendadores conforme nota explicativa nº 1.2.

31. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Ganhos sobre aplicações financeiras	31.756	29.566
Outros ^(a)	89.500	163.065
Total receitas financeiras	121.256	192.631
Despesas financeiras		
Juros e custos sobre empréstimos e financiamentos	(172.448)	(228.762)
Juros de operações de arrendamento	(1.325.549)	(1.226.101)
Juros sobre provisão para devolução de aeronaves	(282.074)	(93.190)
Comissões, despesas bancárias e juros sobre outras operações	(755.119)	(1.067.192)
Outros	(518.104)	(229.702)
Total despesas financeiras	(3.053.294)	(2.844.947)
Instrumentos financeiros derivativos		
Outros instrumentos financeiros derivativos, líquido	(20.109)	(33.511)
Total instrumentos financeiros derivativos	(20.109)	(33.511)
Variação monetárias e cambiais		
Variação monetárias e cambiais, líquida	(5.383.184)	1.025.545
Total variação monetárias e cambiais	(5.383.184)	1.025.545
Total	(8.335.331)	(1.660.282)

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, do montante R\$20.847 referem-se ao PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas, de acordo com o Decreto nº8.426 de 1º de abril de 2015 (R\$8.455 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

(b) Inclui como parte o impacto relativo à constituição da dívida após a renegociação com o arrendador AerCap, descrito na nota explicativa nº 16.1.4.

32. Compromissos

A Companhia possui compromisso de aquisição futura de combustível aeronáutico com preço fixo para utilização na sua operação que complementam a sua estratégia de gerenciamento de risco de exposição. Em 31 de dezembro de 2024, os compromissos de compra até 2024 totalizam R\$1.332.953.

33. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As atividades operacionais expõem a Companhia aos riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez. Tais riscos podem ser mitigados através da utilização de operações de compra de combustível antecipada com o distribuidor ("contrato de preço fixo") e derivativos do tipo swaps, contratos futuros e opções, no mercado de petróleo, dólar e juros.

A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada pelo Comitê de Política Financeira ("CPF") em consonância com as Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Comitê de Políticas de Riscos ("CPR") e submetidas ao Conselho de Administração. O CPR estabelece as diretrizes, limites e acompanha os controles, incluindo os modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições e possíveis impactos financeiros, além de coibir a exploração de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros.

Os detalhes referentes à forma como a Companhia conduz a administração de riscos foram apresentados nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e desde então não ocorreram mudanças.

33.1. Classificação contábil de instrumentos financeiros

As classificações contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão identificadas a seguir:

	Mensurados a valor justo por meio de resultado		Custo Amortizado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo				
Aplicações financeiras	357.344	277.831	-	-
Contas a receber	-	-	3.150.865	912.376
Depósitos ^(a)	-	-	2.842.454	2.083.408
Direitos com operações de derivativos	-	730	-	-
Créditos com empresas relacionadas	-	-	183.007	141.991
Outros créditos e valores	-	-	239.222	225.952
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.000.004	1.024.718
Arrendamentos a pagar	-	-	12.103.358	9.441.375
Fornecedores	-	-	2.182.649	1.717.155
Fornecedores - Risco sacado	-	-	-	39.877
Taxas e tarifas aeroportuárias	-	-	1.705.304	1.624.442
Obrigações com operações de derivativos	3.619	8.929	-	-
Obrigações com empresas relacionadas	-	-	14.084.971	7.601.956
Obrigações com arrendadores	-	-	1.106.948	269.895
Outras obrigações	-	-	160.047	70.342

(a) Excluem-se os depósitos judiciais, demonstrados na nota explicativa nº 9.

(b) Principalmente pela natureza dos créditos e obrigações com instituições privadas, onde em caso de liquidação antecipada, não há modificações substanciais em relação aos valores registrados, os valores justos aproximam-se dos valores contábeis desses ativos e passivos, a menos que indicado de outra forma.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve reclassificação entre as categorias de instrumentos financeiros.

33.2. Instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos da Companhia foram registrados nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

	Combustível	Taxa de juros	Câmbio	Hedge de receita	Total
Variações no valor justo					
Direitos (obrigações) com derivativos em 31 de dezembro de 2022	22.255	(536)	-	-	21.719
Ganhos (perdas) reconhecidos no resultado	(26.454)	124	(360)	-	(26.690)
Pagamentos (recebimentos) durante o exercício	(4.479)	482	769	-	(3.228)
Direitos (obrigações) com derivativos em 31 de dezembro de 2023	(8.678)	70	409	-	(8.199)
Ganhos (perdas) reconhecidos no resultado	(7.133)	(5)	(266)	-	(7.404)
Pagamentos (recebimentos) durante o exercício	12.192	(65)	(143)	-	11.984
Obrigações com derivativos em 31 de dezembro de 2024	(3.619)	-	-	-	(3.619)
Obrigações com operações de derivativos	(3.619)	-	-	-	(3.619)
Movimentação de ajuste de avaliação patrimonial					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(290.549)	-	(322.804)	(613.353)
Ajustes de <i>hedge accounting</i> de receita	-	-	-	80.191	80.191
Reversões líquidas para o resultado	-	6.792	-	165.593	172.385
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(283.757)	-	(77.020)	(360.777)
Ajustes de <i>hedge accounting</i> de receita	-	-	-	77.020	77.020
Reversões líquidas para o resultado	-	12.706	-	-	12.706
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(271.051)	-	-	(271.051)
Efeitos no resultado	(7.133)	(12.710)	(266)	-	(20.109)
Resultado financeiro	(7.133)	(12.710)	(266)	-	(20.109)

A Companhia pode adotar *hedge accounting* como prática de contabilização dos derivativos que são contratados para proteção de fluxo de caixa e que se qualificam para tal classificação de acordo com o CPC 48 – “Instrumentos Financeiros”, equivalente ao IFRS 9.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia adota como *hedge* de fluxo de caixa para proteção de taxa de juros (predominantemente Libor), para proteção de combustível aeronáutico e receita futura em dólar.

O cronograma de realização do saldo de ajustes de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2024, referente aos hedges de fluxo de caixa, é como segue:

	2025	2026	2027	2028	Após 2029	Total
Taxa de juros	(34.838)	(35.177)	(34.529)	(33.906)	(132.601)	(271.051)
Total	(34.838)	(35.177)	(34.529)	(33.906)	(132.601)	(271.051)

33.3. Riscos de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os principais preços de mercado com impacto sobre a Companhia são: preço de combustível, taxa de câmbio e taxa de juros.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros foi elaborada com o objetivo de estimar o impacto no lucro (prejuízo) antes dos impostos e patrimônio líquido sobre a: posição de derivativos em aberto, exposição cambial e às taxas de juros em 31 de dezembro de 2024 para os riscos de mercado considerados relevantes pela Administração da Companhia.

No cenário provável, na avaliação da Companhia, considerou-se a manutenção dos níveis de

mercado, de forma que não há impactos sobre o lucro (prejuízo) antes dos impostos e patrimônio líquido. A Companhia considerou ainda os seguintes cenários na variável de risco:

- deterioração de 10% (cenário adverso I);
- deterioração de 25% (cenário adverso II).

As estimativas apresentadas não refletem necessariamente os montantes a serem apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de metodologias diferentes pode ter um efeito material sobre as estimativas apresentadas.

33.3.1. Combustível

O preço do combustível de aeronaves varia em função da volatilidade do preço do petróleo cru e de seus derivados. A Companhia pode utilizar diferentes instrumentos para proteger a exposição ao preço do combustível, a escolha depende de fatores como liquidez no mercado, valor de mercado dos componentes, níveis de volatilidade, disponibilidade e depósito de margem. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia está protegida por compromissos de compra de combustível a preço fixo, conforme descrito na nota explicativa nº33.

33.3.2. Taxa de juros

A estratégia de gerenciamento de risco de juros da Companhia combina taxas de juros fixas e flutuantes, e determina se será necessário ampliar ou reduzir as exposições às taxas de juros. A Companhia gerencia sua exposição através da apuração do Basis Point Value ("BPV") de cada contrato, e utiliza volumes que equivalem à quantidade de BPVs necessários para atingir os objetivos propostos na Gestão de Riscos para a contratação de derivativos.

Através de modelos estatísticos, a Companhia comprova a relação econômica entre o instrumento de hedge e o objeto de hedge, considerando potenciais fatores de inefetividade, tais como o descasamento de prazo do Instrumento de hedge e do objeto de hedge.

A Companhia está exposta a operações futuras de arrendamento mercantil, cujas parcelas a serem pagas estão expostas à variação da taxa Libor até o recebimento da aeronave. Para mitigar tais riscos, a Companhia pode utilizar instrumentos financeiros derivativos.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia detinha aplicações e dívidas financeiras com diversos tipos de taxas. Na análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, foi considerado o impacto nos juros anuais apenas sobre as posições com valores significativos em 31 de dezembro de 2024 e expostos às oscilações nas taxas de juros, conforme os cenários demonstrados a seguir.

Os valores demonstram os impactos no resultado de acordo com os cenários aplicados:

Risco	Aplicações financeiras líquidas de dívidas financeiras ^(a)	
	Aumento da taxa CDI	Aumento da taxa SOFR
Taxas referenciais	12,15%	4,37%
Valores expostos (cenário provável) ^(b)	(228.456)	(25.566)
Cenário favorável remoto (-25%)	12.848	279
Cenário favorável possível (-10%)	5.139	112
Cenário adverso possível (+10%)	(5.139)	(112)
Cenário adverso remoto (+25%)	(12.848)	(279)

(a) Refere-se à soma dos valores aplicados e captados no mercado financeiro e indexados à taxa CDI e a SOFR.

(b) Saldos contábeis registrados em 31 de dezembro de 2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

33.3.3. Câmbio

O risco de câmbio decorre da possibilidade de variação cambial desfavorável às quais o passivo ou o fluxo de caixa da Companhia estão expostos. A Companhia possui essencialmente exposição à flutuação da cotação do dólar norte-americano.

A exposição patrimonial ao câmbio está sumarizada abaixo:

	2024	2023
Ativos		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	251.752	54.512
Contas a receber	204.123	225.934
Depósitos	2.842.454	2.038.851
Direitos com operações de derivativos	-	730
Total do ativo	3.298.329	2.320.027
Passivos		
Empréstimos e financiamentos	(172.249)	(118.898)
Arrendamentos a pagar	(11.827.182)	(9.198.932)
Fornecedores	(549.768)	(289.307)
Provisão para devolução de aeronaves e motores	(3.638.557)	(2.388.709)
Obrigações com empresas relacionadas	(13.391.427)	(6.820.080)
Obrigações com operações de derivativos	(3.619)	(8.929)
Total do passivo	(29.582.802)	(18.824.855)
Total da exposição cambial R\$	(26.284.473)	(16.504.828)
Total da exposição cambial US\$	(4.244.703)	(3.409.173)
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	6,1923	4,8413

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia adotou a taxa de câmbio de R\$6,1923/US\$1,00, correspondente à taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil como cenário provável. O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade e o efeito no resultado da oscilação do câmbio no valor exposto em 31 de dezembro de 2024:

	Taxa de câmbio	Efeito no resultado
Passivo líquido exposto ao risco de valorização do dólar norte-americano	6,1923	26.284.473
Desvalorização do dólar (-25%)	4,6442	6.571.118
Desvalorização do dólar (-10%)	5,5731	2.628.447
Valorização do dólar (+10%)	6,8115	(2.628.447)
Valorização do dólar (+25%)	7,7404	(6.571.118)

33.4. Riscos de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, principalmente nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Os ativos financeiros classificados como caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras são depositados em contrapartes que possuem *rating* mínimo de *investment grade* na avaliação feita pelas agências S&P ou Moody's (entre AAA e AA-), conforme estabelecido por políticas de gestão de risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados frequentemente pela Companhia.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados em mercado de balcão (OTC), junto a contrapartes com rating mínimo de *investment grade*, ou em bolsa de valores de mercadorias e futuros (B3 e NYMEX), o que mitiga substancialmente o risco de crédito. A Companhia tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição periodicamente.

33.5. Risco de liquidez

A Companhia está exposta ao risco de liquidez de duas formas distintas: (i) risco de liquidez de mercado, que varia de acordo com os tipos de ativos e mercados em que os ativos são negociados, e (ii) liquidez do fluxo de caixa, relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas. A fim de atendimento da gestão de risco de liquidez, a Companhia aplica seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos federais, CDBs e fundos de investimento com liquidez diária) e a Política de Gestão de Caixa estabelece que o prazo médio ponderado da dívida deva ser maior que o prazo médio ponderado do portfólio de investimento.

Os cronogramas de vencimento dos passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são como segue:

	Menos de 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	352.055	151.089	521.574	-	1.024.718
Arrendamentos a pagar	1.082.355	657.287	3.951.886	3.749.847	9.441.375
Fornecedores	1.893.888	-	93.162	-	1.987.050
Fornecedores - Risco sacado	39.877	-	-	-	39.877
Outras obrigações	4.548	-	65.794	-	70.342
Em 31 de dezembro de 2023	3.372.723	808.376	4.632.416	3.749.847	12.563.362
Empréstimos e financiamentos	56.775	176.825	766.404	-	1.000.004
Arrendamentos a pagar	1.579.696	767.018	4.786.501	4.970.143	12.103.358
Fornecedores	2.182.649	-	-	-	2.182.649
Obrigações com derivativos	-	3.619	-	-	3.619
Obrigações com arrendadores	734.703	66.308	305.937	-	1.106.948
Outras obrigações	1.893	-	158.154	-	160.047
Em 31 de dezembro de 2024	4.555.716	1.013.770	6.016.996	4.970.143	16.556.625

33.6. Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Visando atender as exigências de divulgação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, a Companhia e suas controladas devem fazer o agrupamento desses instrumentos nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- Nível 1: Mensurações de valor justo são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos;
 - Nível 2: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem para ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela abaixo demonstra um resumo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas mensurados a valor justo com suas respectivas classificações dos métodos de valoração, em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

	Hierarquia de valor justo	2024		2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	Nível 2	357.344	357.344	277.831	277.831
Direitos com operações de derivativos	Nível 2	-	-	730	730
Obrigações com operações de derivativos	Nível 2	(3.619)	(3.619)	(8.929)	(8.929)

33.7. Gerenciamento de capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que considera parâmetros adequados para os custos financeiros e os prazos de vencimento das captações e suas garantias. A Companhia acompanha seu grau de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo. A tabela a seguir demonstra a alavancagem financeira:

	2024	2023
Total dos empréstimos e financiamentos	1.000.004	1.024.718
Total de arrendamentos a pagar	12.103.358	9.441.375
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(643.389)	(93.302)
(-) Aplicações financeiras	(357.344)	(277.831)
Dívida líquida	12.102.629	10.094.960

34. Transações que não afetaram o caixa

	2024	2023
Remuneração baseada em ações de controladas (investimentos / patrimônio líquido)	7.834	-
Resultado não realizado de derivativos (direito com derivativos / ajuste de avaliação patrimonial)	89.726	252.576
Direito de uso de ativos aeronáuticos (imobilizado / arrendamentos a pagar)	435.881	-
Direito de uso de ativos não aeronáuticos (imobilizado / arrendamentos a pagar)	-	252.654
Baixa de contratos de arrendamentos (outras receitas / arrendamentos a pagar)	148.705	46.007
Renegociação de operações da AerCap e SLBC (empréstimos/adiantamentos a fornecedores/fornecedores/depósitos/outras obrigações)	251.460	-
Liquidação de financiamento Credit Facility por meio de compensação saldos IATA (Empréstimos / Outras contas a pagar)	(116.091)	-
Renegociação de risco sacado com operação de capital de giro (fornecedores risco sacado / empréstimos e financiamentos)	20.647	-
Transferência de empréstimo e financiamento da GLA para Luxco (empréstimos e financiamentos / partes relacionadas)	259.326	-
Retroarrendamento (Imobilizado / arrendamentos a pagar)	83.837	268.311
Retroarrendamento (Fornecedores / arrendamentos)	3.677	-
Retroarrendamento (Depósitos / arrendamentos)	69.015	-
Retroarrendamento (Outras obrigações / arrendamentos)	18.794	-
Retroarrendamento (Adiantamentos a fornecedores e terceiros / arrendamentos)	19.606	-
Aquisição de imobilizado por meio de operações de financiamentos (imobilizado / empréstimos e financiamentos)	142.252	-
Adição de imobilizado por meio de estoques (imobilizado / estoques)	42.027	-
Aquisição de imobilizado por meio de linha de crédito (imobilizado / fornecedores)	172.019	-
Aquisição de imobilizado por meio de outros créditos (imobilizado / outros créditos)	25.509	-
Aquisição de imobilizado por meio de outras obrigações com arrendadores (imobilizado / obrigações com arrendadores)	375.882	-
Resultado com aquisição de imobilizado (Imobilizado / Resultado)	38.618	-
Provisão para devolução de aeronaves (imobilizado / provisões)	30.565	36.296
Aquisição de intangível por meio de fornecedores (intangível / fornecedores)	37.269	-
Alteração contratual de arrendamento financeiro (imobilizado / arrendamentos)	110.477	3.593
Perdas atuariais de benefício pós emprego (provisões / ajuste de avaliação patrimonial)	(49.534)	34.503
Depósito em garantia (depósitos em garantia / arrendamentos a pagar)	123.617	235.383
Dividendos a receber (investimentos / outros créditos)	-	1.665

35. Passivos de atividades de financiamento

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 dos passivos das atividades de financiamento da Companhia estão demonstradas a seguir:

	2024												
	Transações não caixa							Ajuste ao prejuízo					
	Saldo Inicial	Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	Compensações com depósitos e outros	Aquisição de imobilizados com novos contratos e alteração contratual	Aquisição de imobilizado por meio de transferência de dívida	Transferência de empréstimos da GLA para Luxco	Remuneração baseada em ações	Variações cambiais e monetárias e ganho de recompra	Juros sobre empréstimos e amortização de custos de ágio	Resultados financeiros da dívida	Provisão de juros e amortização de custos	Saldo final
Empréstimos e financiamentos	1.024.718	(195.921)	(139.290)	156.016	-	142.252	(259.326)	-	34.024	-	76.285	161.246	1.000.004
Obrigações com partes relacionadas	7.601.956	3.154.994	32.774	-	-	-	259.326	-	2.772.300	-	-	263.621	14.084.971
Arrendamentos a pagar	9.441.375	(2.519.777)	(85.366)	(126.084)	1.545.797	-	-	-	2.399.307	1.448.106	-	-	12.103.358
Obrigações com arrendadores	-	-	(209.593)	-	583.294	-	-	-	13.978	11.717	(9.472)	-	389.924
Reserva de capital	1.230.813	-	-	-	-	-	-	7.834	-	-	-	-	1.238.647
	2023												
	Transações não caixa							Ajustes ao lucro					
	Saldo Inicial	Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	Compensações com depósitos e outros	Aquisição de imobilizados com novos contratos e alteração contratual	Transferência de ações em tesouraria	Remuneração baseada em ações	Variações cambiais e monetárias e ganho de recompra	Juros sobre empréstimos e amortização de custos de ágio	Provisão de juros e amortizaçã o de custos	Saldo final		
Empréstimos e financiamentos	1.561.085	(399.388)	(314.990)	-	-	-	-	(24.972)	-	202.983	1.024.718		
Arrendamentos a pagar	11.206.959	(2.355.457)	(94.429)	(282.244)	448.590	-	-	(708.145)	1.226.101	-	9.441.375		
Reserva de capital	1.222.636	-	-	-	-	-	8.177	-	-	-	1.230.813		

36. Eventos subsequentes

36.1. Revisão do Plano de 5 anos

Em 15 de janeiro de 2025, a GOL divulgou a versão revisada de seu Plano Financeiro de 5 Anos, que deverá servir de base para o plano legal independente de reorganização da Companhia nos termos do *Chapter 11*.

36.2. Compromisso de financiamento

Em 24 de março de 2025, a GLAI e suas subsidiárias celebraram um Compromisso de Financiamento (*exit financing commitment letter*) com determinados investidores ("Partes do Compromisso"). Sujeito a determinadas condições precedentes (incluindo a aprovação pelo *U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*), nos termos do Compromisso de Financiamento, as Partes do Compromisso comprometem-se a adquirir até US\$1,25 bilhão do total de US\$1,9 bilhão (excluindo comissões a serem capitalizadas) em instrumentos de dívida, a serem emitidos na data de eficácia do plano de reestruturação previsto no procedimento de *Chapter 11*.

Os financiamentos de saída do *Chapter 11* serão utilizados para o pagamento das obrigações previstas no financiamento na modalidade *Debtor-in-Possession*, para o pagamento de custos da transação e para fornecer capital de giro e financiamento para as atividades operacionais da Companhia após a conclusão do procedimento de *Chapter 11*.
